



**JOVENS  
TRANSFORMADORES  
PELO CLIMA**

MAPEAMENTO JUVENTUDES E  
JUSTIÇA CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA



ASHOKA

# JOVENS TRANSFORMADORES PELO CLIMA

MAPEAMENTO JUVENTUDES E  
JUSTIÇA CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA

## Pesquisadores responsáveis

Lilian Romão  
Rafael Murta Reis  
Helena Singer

## Colaboradores

Andrea Margit  
Milena Cayres  
Mariana Nakajuni

## Edição

Isabela de Lima Santos

## Projeto gráfico

Maria Mariana

## Crédito das imagens

Páginas 5, 7, 18, 19, 28, 32, 34, 37, 40,  
49, 51, 52, 54, 57, 59, 60-64, 66: Adobe  
Stock

Página 15: Miriam Prochnow

Páginas 20, 24, 46, 48, 56, 73: Nathan  
Cortez e Luis Guilherme

Página 55: Instituto Mureru Eco  
Amazônia

Página 58: Ariela Motizuki

Página 70: Marco Escrivão e Thiago B  
Mendonça; Joyce Cursino; Marizilda  
Cruppe/WWF-UK; Dione Torquato

Página 71: Walter Kumaruara; Alberto  
César Araujo

Página 72: Daniel Araújo; João  
Albuquerque

Agradecemos a todas as pessoas que generosamente dispuseram de seu tempo para entrevistas e contribuições a este mapeamento.

A Ashoka é grata à *Climate and Land Use Alliance (CLUA)*, que tornou possível este trabalho, por meio da parceria que impulsiona a ação de Jovens Transformadores pelo Clima na Amazônia.

Agradecemos também aos seguintes colaboradores e colegas:

Aos Empreendedores(as) Sociais Ashoka: Eugênio Scannavino (*Projeto Saúde e Alegria*); Paulo Lima (*Viração Educomunicação*); Angela Mendes (*Comitê Chico Mendes*); e Raquel Rosenberg (*Engajamundo*).

Aos Jovens Transformadores Ashoka: Luísa Falcão, Luiz Henrique Lopes Ferreira, Ednei Arapiun e Vitor Zanelatto, por suas sugestões e aportes de experiências na consolidação deste mapeamento.

Publicado no Brasil em Agosto de 2022.





# SUMÁRIO

**PREFÁCIO** 3

**INTRODUÇÃO** 6

Entenda o Mapeamento | 8

Metodologia | 8

Matrizes de Inovação | 10

**JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS POVOS DA AMAZÔNIA** 14

Relação das juventudes com o tema justiça climática | 20

**ARTICULAÇÃO E ENGAJAMENTO PARA FORTALECER  
INOVAÇÕES DAS JUVENTUDES** 22

**Poder Público:** fortalecer o diálogo com as juventudes amazônicas | 24

**Escolas:** cérebro e coração das juventudes inovadoras | 29

**Universidades:** o despertar de um novo jeito de saber | 35

**Empresas:** um longo caminho rumo a uma relação de respeito e confiança | 39

**Mídia:** dos produtores e distribuidores tradicionais à inovação das juventudes nas plataformas digitais | 41

**Sociedade Civil Organizada:** articulando pessoas, causas e territórios | 46

**Quadro-resumo** dos padrões identificados | 53

**O QUE VOCÊ CONSIDERA INOVAÇÃO EM JUSTIÇA  
CLIMÁTICA?** 54

Como outros atores sociais podem fortalecer as inovações das juventudes? | 61

**APÊNDICES** 64

Perfil do grupo entrevistado | 65

Empreendedores sociais e jovens referenciados | 70

# QUEM SOMOS

A Ashoka forma e cultiva uma comunidade de empreendedores(as) sociais, jovens e instituições transformadoras, entre outros atores, ligados pela consciência de que o mundo atual exige de toda pessoa assumir-se como agente de transformação — alguém capaz de criar mudanças positivas para o bem comum. Juntos, mobilizamos (e aceleramos) um movimento para construir ***Um Mundo de Pessoas que Transformam.***

Criada em 1980 e presente desde 1986 no Brasil, a Ashoka reúne mais de 3.800 empreendedores sociais no mundo (390 no Brasil), além de mais de uma centena de Jovens Transformadores, 300 Escolas Transformadoras e parceiros estratégicos nas áreas de educação, protagonismo juvenil e produção e distribuição de conteúdos.

Saiba mais em [ashoka.org](http://ashoka.org)





# PREFÁCIO

Nosso planeta está em crise, e somos responsáveis por isso. Nós nos iludimos pensando que os humanos dominam a natureza e podem criar destinos que independem dela. No entanto, sistematicamente um novo desastre climático alerta para os riscos de ultrapassar as fronteiras planetárias<sup>1</sup> que, há 10 mil anos, garantem condições favoráveis para o desenvolvimento das civilizações.

Episódios recorrentes de enchentes, secas, incêndios, pragas, perdas de biodiversidade e doenças, como a Covid-19, têm mostrado que ambiente e desenvolvimento humano estão fundamentalmente associados. Esta consciência vem se restabelecendo aos poucos. Afinal, desde a segunda metade do século XX, cientistas passaram a disseminar estudos sobre as mudanças climáticas em curso e a necessidade de adotar ações individuais e coletivas urgentes para reduzir os gases poluentes na atmosfera. Contudo, a força dos eventos climáticos que assolam várias áreas do planeta extrapola nossa experiência, os relatos e as vivências das últimas gerações.

Também fica cada vez mais patente que os efeitos da crise climática vão afetar a todos, mas serão desproporcionalmente nefastos para as milhões de pessoas marginalizadas, que menos

contribuem para as suas causas. Não há, portanto, como abordar as questões de clima sem tratar das injustiças subjacentes ao sistema econômico global.


Um modelo que vê a natureza como um recurso a ser usado para alimentar o crescimento sem limites não resulta apenas no esgotamento e no empobrecimento de algumas localidades exploradas ou em ambientes profundamente modificados. Na atual escala de consumo e desperdício, as crises já não são mais específicas, de um setor ou região. Estamos lidando com uma crise estrutural, que vai perdurar por muito tempo e mudar — queiramos ou não — o modo como vivemos.

Uma das tarefas mais importantes nesse processo será ajudar as pessoas a identificar o papel que podem desempenhar, sem deixar ninguém de fora das soluções. Devemos centrar atenções especialmente naqueles que serão mais rapidamente atingidos pelos impactos das mudanças climáticas, assim como os que têm mais responsabilidade ou poder de decisão sobre o que precisa mudar. A inação nos custaria muito caro.

A opinião pública está despertando para isso, e os jovens, em particular, têm demonstrado notável compromisso e liderança.

1 Fronteiras planetárias é um conceito que envolve processos do sistema da Terra que contêm limites ambientais, proposto em 2009 por um grupo de cientistas, liderado por Johan Rockström, do Stockholm Resilience Center, e Will Steffen, da Australian National University. Disponível em: <<https://bit.ly/hisourfronteirasplanetarias>>. Acesso em: 15 ago, 2022.





Com o apoio da *Climate and Land Use Alliance* (CLUA), a Ashoka está estruturando na Amazônia equipes formadas por pessoas com habilidades de empatia, colaboração, criatividade e empreendedorismo que se encontram em distintos pontos de uma arquitetura apta a promover as transformações necessárias. Essas pessoas são empreendedores sociais, jovens que já descobriram sua capacidade de mudar o mundo e gestores de instituições estratégicas, como governos, universidades, sindicatos e mídia. A articulação desses diferentes atores em equipes é o que assegura que ninguém seja excluído no processo da mudança.

Partimos da premissa de que as mudanças climáticas influenciam todo o funcionamento do sistema de vida na Terra e estabelecem uma conexão entre as alterações do clima, as paisagens naturais e construídas, modos de vida e os direitos humanos. Por compreender que seus efeitos e impactos são intensificados pelas desigualdades socioeconômicas, não é possível conceber um mundo onde todos possam viver plenamente sem advogar pelos direitos a alimentação, água limpa, saúde, moradia e educação. Tampouco podemos abdicar de uma ação preventiva e assertiva que iniba a destruição ambiental e a exploração, ilegal e não consentida, de terras indígenas e de comunidades tradicionais. Essa é a nossa interpretação do conceito de justiça climática.

**Como será, entretanto, que os jovens entendem e articulam justiça climática?** Sabemos que o conceito carrega significados e demandas plurais e, por isso, não nos contentamos em defini-lo sozinhos, com base somente em observações e bibliografias que constituem o nosso ponto de partida.

Em fins de 2021, realizamos este **Mapeamento de Juventudes e Justiça Climática na Amazônia**. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com foco nas inovações sociais essencialmente lideradas por jovens na Amazônia e que estão veementemente conectadas a ambientes de floresta.

O objetivo do estudo é dialogar com o que vem sendo feito e identificar os principais desafios e barreiras, as estratégias elaboradas e os avanços conquistados para o fortalecimento de ações protagonizadas pelas juventudes amazônidas<sup>2</sup> para se atingir a justiça climática.

O **Mapeamento** adota uma metodologia participativa, de escuta qualificada, que oferece à Ashoka bases para a construção de estratégias de ação coletiva em um dado território ou tema. Além disso, potencializa a troca de conhecimentos em redes de pessoas que empreendem mudanças sociais estruturais, ou seja, que visam alterar políticas públicas, práticas de mercado e comportamentos sociais, com foco no bem comum.

<sup>2</sup> Ao longo deste estudo, vamos utilizar o termo "amazônida", recorrente nas falas das lideranças e jovens entrevistados. Refere-se a algo que é natural, conhece e vive na Amazônia Legal, como "a juventude amazônida", que é originária e que vive na região da Amazônia.

As conclusões que constam neste levantamento emergiram de oficinas e entrevistas em profundidade das quais participaram 45 pessoas, entre jovens transformadores, empreendedores sociais e líderes de organizações que trabalham com juventudes da Amazônia Legal<sup>3</sup>. Eles contribuíram generosamente com seu tempo, experiência e ideias.

Esperamos que este estudo possa ser lido e utilizado por aqueles que almejam a justiça climática e se empenham para aumentar a resiliência comunitária e a esperança em um mundo onde todos são donos do futuro e ajudam a moldá-lo.



<sup>3</sup> A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 quilômetros quadrados, cerca de 61% do território brasileiro. Sua população corresponde a 12,32% do total de habitantes do Brasil.



## INTRODUÇÃO



A Ashoka, por meio da iniciativa **Jovens Transformadores pelo Clima**<sup>4</sup>, iniciada em 2021, conecta jovens da Amazônia Legal brasileira e engaja diversos agentes sociais de modo corresponsável nas inovações criadas pelas juventudes que atuam para a promoção da justiça climática.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido para valorizar o papel que as juventudes podem assumir em assuntos complexos como esse. O mapeamento de inovação realizado pela Ashoka em 2020 sobre juventudes e democracia na América Latina<sup>5</sup> salienta alguns pontos importantes:

**As/Os jovens se sentem pouco envolvidas/os com os organismos ou modelos tradicionais de participação existentes e céticas/os sobre a possibilidade de gerar impactos positivos por meio deles;**

**Muitas vezes, escolas e outras estruturas sociais de governos (locais, estaduais e nacionais) não acreditam que as juventudes possam fazer a diferença;**

**Aquelas/es jovens que querem criar mudanças encontram dificuldades para acessar recursos: financeiros, estruturais e educacionais;**

**As juventudes ainda não têm as habilidades amplamente desenvolvidas para contribuir e se adaptar a um mundo em transformação constante.**



Na Amazônia, questões como as destacadas ao lado, se agravaram nos últimos anos devido à intensificação do desmatamento ilegal, ao desmonte das instituições ambientais públicas, a promessas de anistia à exploração ilegal da terra e ao desrespeito aos direitos conquistados pelos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A ausência de políticas públicas que viabilizem a floresta em pé, o pagamento pela provisão de serviços ecossistêmicos e o desenvolvimento das cadeias produtivas agroflorestais sustentáveis desafia as juventudes da Amazônia frente às necessidades econômicas de trabalho e renda das populações.

<sup>4</sup> Iniciativa da Ashoka Brasil com apoio da *Climate and Land Use Alliance* (CLUA).

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/MapeamentoJuventudesDemocracia>>. Acesso em: 12 ago, 2022.

## Entenda o Mapeamento

Neste estudo, utilizamos a metodologia de **Mapeamento de Inovações Sociais da Ashoka**, que leva a um entendimento indutivo sobre os métodos pelos quais empreendedores, atores sociais e lideranças de um território trabalham coletivamente para gerar mudança em determinado setor, tema ou local. Baseia-se em entrevistas e grupos de discussão que possuem ampla conexão com as mudanças climáticas e os desafios e anseios das juventudes na Amazônia brasileira.

Esse processo possibilita a identificação de padrões na forma com que jovens, empreendedores sociais, suas redes e parcerias criam mudanças sistêmicas em torno de um tópico ou de uma área. Para a Ashoka, transformação sistêmica consiste em uma intervenção que altera o modo como um sistema opera, afetando as raízes de um problema, contrastando com uma solução superficial, que apenas combate os sintomas.

Nessa abordagem, a mudança sistêmica requer uma ruptura com uma forma linear de pensar a relação entre barreiras e soluções. E permite um alcance maior ao implementar estratégias baseadas na ampliação do impacto indireto, concentrando-se na mudança da dinâmica e dos processos.

## Metodologia

O processo teve início com o mergulho no conceito de justiça climática no âmbito da Amazônia, tendo sido realizadas pesquisa teórica, leituras temáticas e preparação da chamada Sessão de Criação, que reuniu parceiros, Empreendedores(as) Sociais, Jovens Transformadores e a equipe da Ashoka. Esse encontro foi importante para alinhar conceitos e integrá-los ao conhecimento pré-existente sobre o território. Também orientou a definição da **pergunta-guia do mapeamento**, dos públicos envolvidos no estudo e das premissas que o direcionariam.

## Pergunta-guia

Como engajar escolas, universidades, associações, sindicatos, meios de comunicação, comunidades, governos e demais agentes de modo corresponsável nas inovações criadas pelas diversas juventudes amazônicas para promover a justiça climática?



A pergunta-guia foi desdobrada em um roteiro semiestruturado com questões específicas sobre:

- o sentido do termo justiça climática a partir da visão local;
- a conexão com a causa e o impacto da atuação do agente de transformação;
- o papel das juventudes da Amazônia no enfrentamento das mudanças climáticas;
- a possibilidade de engajar outros públicos e atores sociais em iniciativas inovadoras das juventudes.

O passo seguinte foi organizar as indicações de nomes e referências, priorizando iniciativas na Amazônia com foco na sociobiodiversidade, educação ambiental e desenvolvimento local sustentável, bem como aquelas que têm adolescentes e jovens dentre seus públicos-chave.

Empreendedores(as) sociais da rede Ashoka indicaram co-lideranças na Amazônia cujas inovações elucidam os desafios e as oportunidades associados à pergunta-guia.

O trabalho de campo para as entrevistas se deu em duas etapas, sendo a primeira apoiada por um questionário eletrônico e a segunda por uma conversa pessoal por meio de vídeo.

A partir dos insumos coletados nas entrevistas, as ideias e experiências dos participantes foram agrupadas, com o objetivo de identificar dois tipos de padrões:

- Os **Princípios Direcionadores** utilizados por empreendedores sociais, lideranças locais e jovens da região amazônica, para engajar atores estratégicos em ações das juventudes em prol da justiça climática;

- As **Barreiras Sistêmicas** encontradas pelas juventudes para promover esse engajamento.

O resultado das entrevistas foi compilado com o apoio de um software de análise de padrões chamado Atlas.ti 7, que auxilia o pesquisador na organização das falas e na identificação de padrões nas Barreiras Sistêmicas e nos Princípios Direcionadores indicados pelos diversos entrevistados.

Para sintetizar os achados, geramos as **Matrizes de Inovações** a seguir, onde destacamos exemplos de soluções desenvolvidas por Jovens Transformadores e Empreendedores(as) Sociais, nas interseções de Barreiras e Princípios mais frequentes no engajamento de seis públicos: **Poder Público e Sociedade Civil Organizada; Escolas e Universidades; Mídia e Empresas** (agrupados pela proximidade das respostas). Além disso, as Matrizes apontam lacunas onde ainda pode haver potencial não explorado para novas abordagens e inovações.



# PODER PÚBLICO/ SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

## BARREIRAS SISTÊMICAS

### MATRIZ DE INOVAÇÃO

Interesses de curto prazo limitam diálogos e compromissos/ Partidarismo reduz capacidade de diálogo com múltiplos atores/ Atuação fragmentada

Distanciamento e dificuldade de dialogar/ Resistência a um novo modelo de atuar/ Pouca vontade política para atender às demandas climáticas

### PRINCÍPIOS DIRECIONADORES

Diversificação das metodologias de participação/ Novos formatos de organização

**Ação Popular contra a "Pedalada Climática":** jovens integrantes do Engajamundo e *Fridays for Future* impetraram pedido na Justiça Federal para que a meta brasileira de redução de emissões de gases de efeito estufa, apresentada pelo Governo no final de 2020, fosse anulada, pois contradiz o Acordo de Paris, permitindo ao Brasil aumentar em vez de reduzir suas emissões

**Coletivo Jovem Tapajônico:** Promove campanhas de fortalecimento do território

Ocupação dos espaços de formulação e implementação de políticas/ Lideranças locais nos quadros das organizações

**Engajamundo:** organização liderada por jovens que se estrutura com base em núcleos autônomos distribuídos por todos o país

**Levanta Jovem:** Incentiva a formação de lideranças jovens, com foco em autoconhecimento, oratória, trabalho em equipe, elaboração de projetos e negócios sociais

Criação de canais de diálogo/ As juventudes chamam para o debate

**Fala Resex:** formação no Tapajós que leva os jovens a investigarem as organizações das suas comunidades e assim os aproxima delas

# ESCOLAS / UNIVERSIDADES

## BARREIRAS SISTÊMICAS

### MATRIZ DE INOVAÇÃO

Modelos que vêm de fora da Amazônia/  
Padronização do conhecimento

Ausência de espaços de participação/  
Metodologias pouco participativas

Desconexão entre ensino, educação ambiental e ações transformadoras das juventudes

Escola como agente socio-ambiental/  
Pesquisa e extensão inovadoras

**Projeto Escola D'Água:**  
desenvolvido pelo Instituto Mureru em parceria com as secretarias de educação, promove práticas de cuidado com a água, acesso à água segura e estruturas de saneamento adequadas

Disciplina **Vivência Amazônica na UnB** leva os estudantes para uma comunidade na floresta, onde desenvolvem projetos com organizações locais

**Projeto Escolas D'Água:** a UFOPA colabora com o desenvolvimento do biofiltro, distribuído nas escolas.

Reconhecimento dos saberes amazônicos/  
Diálogo de saberes

**UNEMAT** realiza, com a mediação do **Instituto Raoni**, cursos de magistério e agroecologia no território Kayapó

**Movimento Indígena do Baixo Tapajós:** projeto de reconhecimento do notório saber dos povos tradicionais

**Educação Ativa - Jovens Pelo Futuro:** Incentiva o ativismo ambiental para engajar outros jovens no ecossistema da transformação social e para distanciá-los da violência

Escola como espaço da comunidade

**Territórios de Aprendizagem** do Projeto Saúde e Alegria, em parceria com a SME de Santarém, integra os conhecimentos do território no currículo escolar

**Biblioteca Gurupá:** centro cultural para promoção da literatura, teatro e educação socioambiental

**Projeto Equidade:** promove rodas de conversa em escolas da Educação Básica sobre assuntos que permeiam a vivência dos jovens

### PRINCÍPIOS DIRECIONADORES

# MÍDIA / EMPRESAS

## BARREIRAS SISTÊMICAS

### MATRIZ DE INOVAÇÃO

Distância dos veículos tradicionais em relação às juventudes e pautas da justiça climática/Falta de compromisso com a justiça climática

Infraestrutura inadequada para as inovações das juventudes

### PRINCÍPIOS DIRECIONADORES

Fazer comunicação e educação sobre juventudes e justiça climática/Rádio como meio de comunicação comunitária, popular e regional

**Oficinas do Engajamundo:** em parceria com organizações locais, estabelece relações com a mídia tradicional e aprimora o uso de ferramentas da comunicação para redes sociais

**Rádio Macoronga:** desenvolvida pelo Projeto Saúde e Alegria, tornou-se referência em comunicação e educação para jovens do Tapajós

**Podcast Copiô, Parente:** laboratório de comunicação pública em que os jovens usam seus próprios meios e atuam como uma rede de comunicadores comunitários que produzem conteúdos regulares sobre mudanças climáticas e sociobiodiversidade

Desenvolvimento da análise crítica em comunicação produzindo conteúdos e mídias/Diversidade de canais que falam de jovem para jovem

Rede de jovens produtores de conteúdos para a agência de jornalismo independente e investigativo **Amazônia Real**

**Tapajós de Fato:** veículo de comunicação produzido por jovens em formato de podcast, divulga notícias do Movimento Tapajós Vivo

**Blog Jovens Cidadãos da Amazônia:** desenvolvido pelos jovens repórteres formados pela agência Amazônia Real

**Coletivo Natô** de audiovisual, apoiado pelo Projeto Saúde e Alegria, busca a independência para suas produções

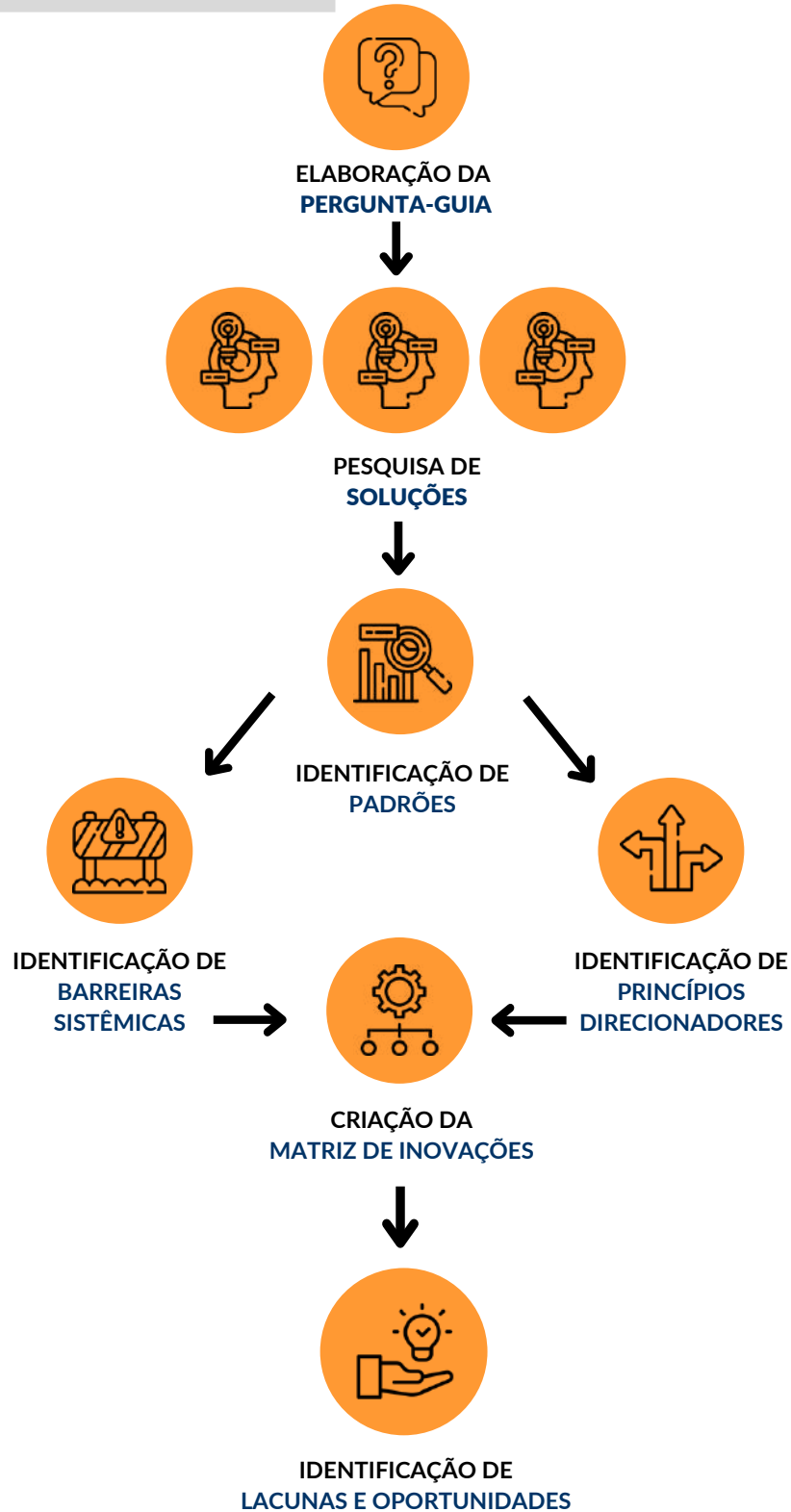
**Rádio Rio de Saberes:** feito pelas crianças do Escolas D'Água

**ZAPmenta:** áudio informativo propagado pelo WhatsApp, produzido para e pelas juventudes, com formato e linguagem divertidos e irreverentes

Novos arranjos produção e comercialização de produtos da floresta

**Instituto Raoni:** compra produtos indígenas para incentivar a conservação, valorizar a cultura local e gerar renda na TI Capoto Jarina/MT

# Metodologia aplicada: da pergunta-guia ao mapeamento de oportunidades





# JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS POVOS DA AMAZÔNIA





Ao longo dos anos, cuidar da temperatura do planeta tornou-se uma tarefa bastante complexa e árdua, que exige ações para além da conservação da biodiversidade. Requer que as sociedades avaliem seus padrões de consumo e atentem às populações mais afetadas pelas crises climáticas que já estão aí.

O conceito de **justiça climática** surge da percepção de que os impactos dessas alterações atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos<sup>6</sup>. Ele está associado à vulnerabilidade das pessoas diante das consequências das mudanças climáticas.

O movimento por justiça climática agrega uma multitude de organizações ambientais e sociais em torno de uma pauta única e propõe iniciativas e políticas capazes de intervir na defesa de direitos socioambientais.

Embora os efeitos da alteração do clima afetem a todos, a capacidade de determinados grupos sociais para lidar com suas consequências é bastante limitada, como populações de baixa renda ou famílias cujo sustento depende da agricultura familiar ou do extrativismo.

Isso varia conforme a região e o modelo de desenvolvimento de uma nação. Por exemplo, um fator que acentua as desigualdades entre grupos e classes sociais no que tange à sua resiliência às mudanças climáticas são as condições de acesso à renda e aos serviços básicos de cidadania, como saúde,

segurança, educação e infraestrutura em geral.

Países da América Latina, África e Ásia tendem a sofrer de forma mais intensa os efeitos das mudanças climáticas, não apenas pelas questões materiais, mas por fatores institucionais e de governança. Instabilidades políticas e a deterioração de condições socioeconômicas nessas regiões dificultam tanto a implementação de políticas públicas adequadas, com garantia de acesso a todos, quanto o incentivo de práticas economicamente sustentáveis em seus territórios.



<sup>6</sup> MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça Climática E Eventos Climáticos Extremos: Uma Análise Da Percepção Social No Brasil. NUPEAT-IESA-UFG, v.1, n.2, jul./dez./2011, p.82 -100, Artigo 13, p. 82.



Apreendi que trabalhava com justiça climática na Conferência do Clima (COP<sup>7</sup>). Esse conceito vem para ampliar uma visão anterior ainda técnica, científica e do campo ambiental, que estava separada da questão social. Mas, hoje, entendemos que não tem como lutar pelo clima se a gente não está fortalecendo as populações tradicionais, as populações mais afetadas, e todo mundo que está na linha de frente.

**(Raquel Rosenberg)**



Justiça climática é ter os direitos ambientais garantidos e respeitados pela Constituição e pelos tomadores de decisões, com preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com uso e consumo menor, com técnicas para trabalhar com a terra de forma saudável, para garantir a sobrevivência das próximas gerações.

**(Matsipaya Waura Txucarramãe)**



Na esfera internacional, a justiça climática suscita um embate de forças. De um lado estão as nações responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa, sendo, no entanto, mais resilientes aos impactos das mudanças climáticas por terem maior capacidade de adaptação. Do outro, estão países detentores da menor parcela das emissões históricas, mas com alta probabilidade de sofrer as consequências mais intensas do aquecimento global, devido à vulnerabilidade social e limitada capacidade de adaptação a tais efeitos.

As propostas para enfrentar o mudanças climáticas envolvem políticas de compensação da emissão de CO<sub>2</sub>, a criação de práticas de desenvolvimento limpo e o fortalecimento da capacidade de manter, preservar e recuperar ambientes naturais. Países mais poluentes e ricos procuram estratégias consideradas economicamente eficientes para minimizar os problemas ambientais. Os menos poluentes, mais pobres e vulneráveis concentra, o debate na distribuição dos impactos, das responsabilidades e dos custos.

7 A Conferência das Partes (COP) é o encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizado por representantes de vários países com objetivo de debater as mudanças climáticas, encontrar soluções para os problemas ambientais que afetam o planeta e negociar acordos. Disponível em: <<https://bit.ly/OEcoCOP>>. Acesso em: 03 ago, 2022.



“

Quando conheci o termo mudanças climáticas, percebi que a nossa luta não se restringe à nossa comunidade. O ato de resistir dentro da Amazônia também envolve uma questão global. Onde tem amazônidas, tem floresta em pé. A relação de moradores com a floresta é muito intensa, porque a gente preserva, mora, conhece e luta por ela. Quanto mais incentivo para moradores, aldeias e comunidades ribeirinhas, pescadores e extrativistas permanecerem na floresta, mais benefícios para o mundo.

(Luiz Henrique Lopes Ferreira)



O movimento por justiça climática aborda a necessidade de rever processos decisórios, acordos internacionais e enfatiza o investimento em tecnologias sustentáveis. Além disso, contesta a lógica da concentração de riqueza, do lucro e a desvalorização de modos de vida tradicionais de comunidades que cuidam de áreas de floresta, como ocorre na Amazônia.

Iniciativas ligadas à justiça climática têm apontado falhas nas propostas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Geralmente, esses sistemas são elaborados sem levar

em conta instrumentos de direitos humanos — como a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*<sup>8</sup> e a *Consulta Livre, Prévia e Informada*<sup>9</sup>, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho —, que estabelecem a necessidade de consulta e diálogo com povos originários e tradicionais. Neste momento de retrocessos de direitos conquistados, as juventudes reivindicam que povos indígenas, comunidades tradicionais e as lideranças locais da Amazônia sejam efetivamente envolvidos nas discussões de políticas para o território, com o respeito e o protagonismo que merecem.

8 Resolução aprovada pelas Nações Unidas em 2007, que define os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas, incluindo propriedade cultural e cerimonial, expressão, identidade, língua, emprego, saúde, educação e outras questões. A declaração na íntegra pode ser acessada em: <<https://bit.ly/ACNURpovosindigenas>>.

9 O direito de consulta prévia pode ser resumido como o poder que os povos indígenas e tribais têm de influenciar efetivamente o processo de tomada de decisões administrativas e legislativas que lhes afetem diretamente. Disponível em: <<https://bit.ly/ConsultaPreviaOIT>>. Acesso em: 02 ago, 2022.



A Justiça climática pressupõe o entendimento de que povos originários e as comunidades tradicionais da floresta desenvolvem ali um modo de vida que contribui para que todos tenham acesso a bens ecossistêmicos de uma floresta, que contribuem para a manutenção da vida e seus ciclos naturais. As populações das florestas seguem invisibilizadas e tratadas pelo Estado como se não existissem. E, ultimamente, passaram a ser tratadas como empecilho a um programa de desenvolvimento que exclui, que ameaça, que mata.

(Angela Mendes)

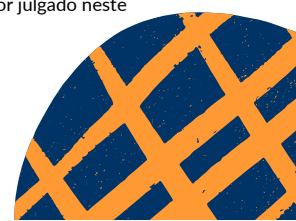
Para os participantes do **Mapeamento**, há uma falta de sensibilidade do governo atual para lidar com as questões ambientais de forma geral e da Amazônia em particular. As consequências de uma política econômica não sustentável na região já são percebidas em várias frentes: no apoio a grandes obras que, muitas vezes, acontecem sem consulta à comunidade local e sem debate qualificado; na ausência de regulamentação e de compromisso ambiental dos novos empreendimentos, como é o caso da mineração e sua ação predatória na poluição dos rios; no lobby e na pressão do investimento social privado na comunidade (ex. “estou poluindo o rio, mas vou construir um hospital para a população”); e na carência de apoio a projetos sustentáveis, que podem gerar

renda para os habitantes da região.

Está tramitando um recurso, no Supremo Tribunal Federal, que trata do "Marco Temporal" sobre terras indígenas. A tese coloca em questão o direito<sup>10</sup> de grupos indígenas a terras que não estavam ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição Federal (05/10/1988). O tema envolve interesses econômicos na exploração das riquezas dos territórios amazônicos e ignora as agressões sofridas pelos povos indígenas desde o período colonial.

O debate reflete a falta de validação das lutas e vozes das populações locais, que temem perder o território e as fontes de subsistência pela crescente violência na disputa pela terra.

10 O "Marco Temporal" é uma tese que está em votação no STF (Supremo Tribunal Federal), com o RE (Recurso Extraordinário) 1.017.365. Defendida por ruralistas, esta interpretação considera que os indígenas só teriam direito à terra se estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ignorando as históricas violações que esses povos sofreram ao longo dos anos. O Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365, que tramita no STF, é um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio e Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Funai e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada da TI Ibirama-Laklanô. O território em disputa foi reduzido ao longo do século XX e os indígenas nunca deixaram de reivindicá-lo. A área já foi identificada pelos estudos antropológicos da Funai e declarada pelo Ministério da Justiça como parte da sua terra tradicional. Esse julgamento é central para o futuro dos povos indígenas no Brasil, pois o que for julgado neste caso, servirá para fixar uma tese de referência a todos os casos envolvendo terras indígenas, em todas as instâncias do Judiciário. Disponível em: <<https://bit.ly/ConectasMarcoTemporal>>. Acesso em: 18 ago, 2022.



“

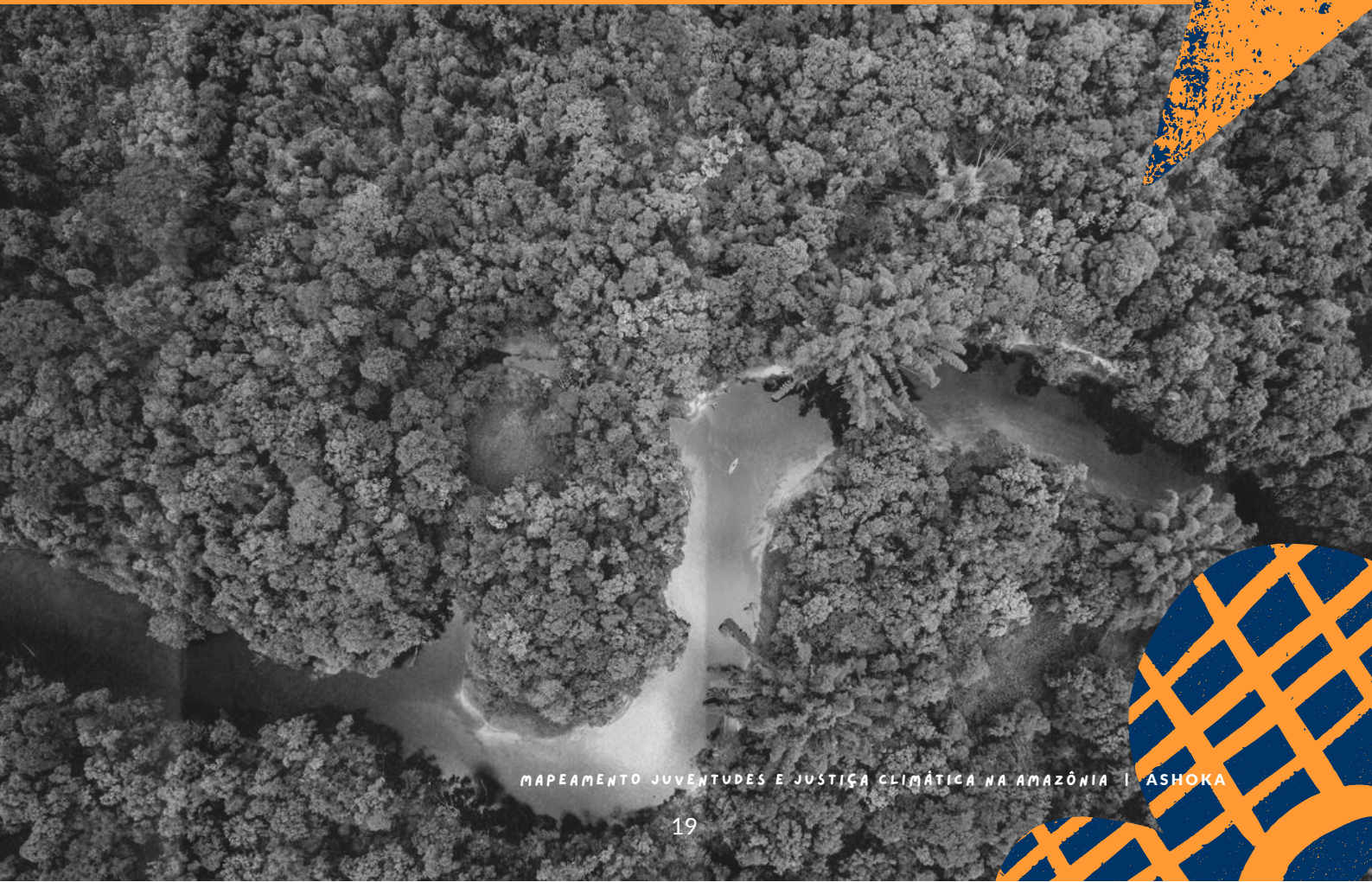
Pra gente, justiça climática tem a ver com a proteção do nosso território. Esse é um termo muito novo por aqui. A gente não fala diretamente de justiça climática. A gente fala muito na questão de proteção do território, o que explicitamos em nossos manifestos. Nos últimos tempos, houve enchentes, muitos dos nossos parentes tiveram suas roças alagadas. Então, tem o risco de passarem até fome em alguns momentos, porque hoje é a gente que está sendo afetado para cá. A gente não é o principal ator da poluição, mas é quem está sendo sofrendo as consequências.

**(Elson Kene Cordeiro)**

“

Muitos projetos desconsideram as pessoas que moram aqui, tanto população urbana, quanto população rural, ribeirinha, tradicional. Em nome de uma infraestrutura monumental, que favorece o PIB do Brasil, são negligenciadas as pessoas que vivem na Amazônia, que sofrem os impactos dessas grandes obras. Estamos em uma região muito rica em termos de recursos naturais, mas muito empobrecida em seus direitos sociais.

**(Luísa Falcão)**



## Relação das juventudes com a justiça climática

Na visão da Ashoka, as juventudes têm um papel estratégico, como agentes transformadores, na construção e concepção de novos caminhos para a sociedade e na constituição de relações mais harmônicas com os ambientes que as cercam. É importante apoiar os jovens no desenvolvimento das habilidades necessárias para serem propulsores da mudança.

Parece existir um consenso em torno da ideia de que justiça climática não é mais uma pauta para o futuro. As mudanças do clima estão acontecendo agora e são fruto de estruturas sociais, econômicas, políticas que se impõem ao mundo desde a Revolução Industrial.

É fundamental que as juventudes entendam o funcionamento dos sistemas que nos trouxeram até aqui, mas que se percebam capazes de protagonizar novas estruturas e narrativas na busca de caminhos para a justiça climática, estando conscientes do seus valores e identidades.

As juventudes amazônicas estão atentas e abertas a integrar o movimento global por justiça climática, ampliando sua atuação na crítica construtiva e nos novos paradigmas de decisão política.

Cabe a elas a função de enriquecer e diversificar os debates, provocando uma descentralização no que se refere à idade, gênero, etnia, territórios, cultura e valorização dos conhecimentos locais.



É da natureza das juventudes não se conformar diante dos modelos de funcionamento das estruturas sociais e das políticas vigentes. Organizando-se coletivamente, elas têm o potencial de construir novas dinâmicas e metodologias de intervenção e ativismo pela justiça climática. Para tanto, a sociedade deve valorizar seus espaços de atuação sem perpetuar a ideia de que outros são responsáveis por lhe dar voz ou espaço. As juventudes têm voz própria e precisam conquistar a liderança em ambientes que discutem justiça climática no Brasil, na América Latina e no mundo.



Como defender o que não conhece? Os jovens daqui precisam entender sobre justiça climática, questões ambientais, aquecimento global, crédito de carbono, assuntos difíceis de serem entendidos.

**(Samela Sateré Mawé)**



A gente tem que ocupar os espaços de atuação que nos foram negados por muito tempo. Precisamos entender como essa luta funciona a partir da perspectiva institucional. Eu acho que o Estado não é só o principal culpado, mas ainda é o principal instrumento que a gente tem para exigir políticas públicas que nos favoreçam. Precisamos entender as dinâmicas para denunciar, ir às ruas, criar outros meios de comunicação.

**(Ana Rosa Calado Cyrus)**

Também é atribuição das juventudes ajudar a fortalecer e mobilizar protagonistas locais, agregando ao movimento a pluralidade de narrativas e visões de mundo que a agenda requer. Por fim, para catalisar a ação de jovens, é relevante ter formação em temas como justiça climática, comunicação, participação cidadã e política, elaboração de projetos e História da Amazônia. Além de ampliar o conhecimento sobre esses assuntos, as juventudes entendem que precisam compreender o funcionamento dos sistemas, para saber onde e como procurar alianças.



É complicado escolher um de nós para representar o todo. Somos tantos, tantas caras. Valorizamos tanto esse poder do lugar de fala de cada um. Temos que garantir a diversidade das juventudes.

**(Paloma Costa Oliveira)**



Uns anos atrás, o papel das juventudes era cooperar com os tomadores de decisão, com os governos, com quem detém o poder. Hoje, o nosso papel é liderar. A gente observa um espaço sendo aberto, muito maior para as juventudes fazerem parte desse processo, não só como voluntário ou ativista, mas como profissional mesmo, como jovem contratado para fazer tal trabalho na região Amazônica.

**(Karina Penha Andrade Costa)**



# ARTICULAÇÃO E ENGAJAMENTO PARA FORTALECER INOVAÇÕES DAS JUVENTUDES





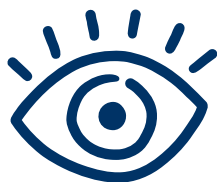
Como parte das estratégias de ação dos Territórios Transformadores<sup>11</sup> da Ashoka, este Mapeamento busca compreender como as iniciativas e lideranças se articulam nos territórios amazônicos em relação às juventudes e à justiça climática. Três perguntas nos ajudaram a entender como se dá essa colaboração entre diferentes atores na Amazônia:

Como sua iniciativa se articula com escolas, universidades, associações, sindicatos, meios de comunicação, comunidades e governos?

Como esses atores contribuem ou poderiam contribuir para o avanço em seus objetivos?

Existem barreiras ao desenvolvimento de tais parcerias? Quais são elas?

Assim, identificamos as **Barreiras Sistêmicas** e os **Princípios Direcionadores** na articulação com tais atores e organizamos essa análise por segmento, descritos a seguir.



<sup>11</sup> Territórios Transformadores são epicentros da transformação social. Eles têm alta densidade de pessoas e de organizações inovadoras, comprometidas com a formação de redes que promovam mudanças estruturais em direção a um mundo melhor para todos.



## **PODER PÚBLICO: fortalecer o diálogo com as juventudes amazônidas**

As instituições com maior capacidade de atingir a totalidade da população são as ligadas aos poderes executivo, legislativo e judiciário nos três níveis de governo: municipal, estadual e nacional. Elas o fazem por meio das políticas públicas, dentre as quais se destacam os serviços prestados à população.

No caso específico da Amazônia Legal, trata-se de um complexo institucional envolvendo nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Roraima e parte do Maranhão) e 772 municípios, ou uma área que representa mais da metade (58,9%) do território nacional, onde residem aproximadamente 28 milhões de habitantes.

A busca por estratégias para que as diversas juventudes amazônidas possam conhecer seu potencial transformador e se engajar em iniciativas para o bem comum, inclusive pela justiça climática, passa necessariamente por articulações com as políticas e os serviços públicos.

Mais ainda: para que as instituições do poder público tenham sucesso em um mundo de mudanças aceleradas e favoreçam a potência transformadora dos indivíduos, elas próprias precisam se organizar de forma inovadora, aberta e

dinâmica. Isso possibilitará a suas equipes colaborarem entre si e com instâncias externas aos governos, como aquelas formadas por jovens mapeados neste estudo.

Nessa perspectiva, considerando as iniciativas lideradas por jovens para o diálogo com as instâncias governamentais, foram mapeados os princípios direcionadores e as barreiras enfrentadas.





## BARREIRA SISTÊMICA 1:

### Pouca vontade política para atender às demandas por justiça climática

As vozes ouvidas no Mapeamento exprimem uma tendência mundial: a dificuldade de governos assumirem a justiça climática como imperativo ético das políticas relativas ao clima.

Mesmo com a dimensão que a Amazônia Legal ganha no enfrentamento das mudanças climáticas — por ser um significativo reservatório de água e carbono para o Brasil e o mundo —, as ações dos governos nacional e locais não refletem um compromisso pragmático com a redução das emissões de carbono, necessária para conter o aumento da temperatura global a 1,5 grau Celsius.

O padrão de desenvolvimento dos governos ainda é pouco sustentável e pautado na lógica de que a floresta derrubada gera mais riqueza do que a floresta em pé. Sem conexão com a floresta, os planos de governo municipais, estaduais e federal não conseguem perceber a agenda climática de forma transversal em suas ações. Pelo contrário, os gestores públicos passam a adotar uma visão na qual justiça climática se torna um empecilho ao desenvolvimento local.



## BARREIRA SISTÊMICA 2:

### Interesses de curto prazo limitam o diálogo com as juventudes e impedem compromissos com a estabilidade climática

As juventudes, historicamente, não ocupam lugar de destaque na discussão nem na formulação de políticas públicas. Tampouco têm grande expressividade na conquista de cadeiras públicas em áreas como educação, saúde ou meio ambiente.

A pouca representatividade na política também é acentuada na desigualdade de acesso às políticas públicas por parte das diferentes juventudes: urbana, periférica, indígena, quilombola, ribeirinha, entre outras. A invisibilidade das vozes jovens se agrava conforme a etnia, a cor, o local onde residem e as bandeiras que defendem. Quando analisada em uma perspectiva nacional, soma-se a esses fatores a regionalidade, isto é, as juventudes do Norte são menos ouvidas do que aquelas provenientes de outras regiões.



O governo deve ser o primeiro a defender a floresta, porque é um patrimônio. É um direito de todos. A gente já tem um país rico no qual existem muitas possibilidades de preservar a floresta e manter a economia.

**(Bitaté Uru Eu Wau Wau)**

As organizações que trabalham com esse público entendem a importância da articulação com instâncias governamentais. No entanto, avaliam que há pouco espaço para uma construção dialógica, não pautada por interesses eleitorais. Por fim, as entrevistas revelam que a baixa representatividade popular no debate de temas públicos tem sido uma dificuldade constante da gestão de organismos de governo em todos os níveis.

As juventudes indígenas consideram que enfrentam uma situação ainda mais crítica na articulação com o poder público. Além do preconceito e da invisibilidade das vozes jovens da floresta, há uma nítida incompatibilidade de interesses referentes aos territórios. A não demarcação das terras indígenas priva seus povos de direitos fundamentais, como atendimento de saúde e educação nas comunidades, políticas de incentivo à agricultura familiar, ou mesmo de proteção das terras.



Quem está nos representando não está fazendo bem seu trabalho, não conversa conosco, nem com as comunidades. Além disso, a maior parte dos representantes das juventudes é urbana.

**(Luiz Henrique Lopes Ferreira)**

## **BARREIRA SISTÊMICA 3:**

### **Distanciamento e dificuldade em dialogar com o poder público**

O poder público ainda é visto como uma instância distante das juventudes por vários motivos. Em sua maior parte, não possui canais de diálogo com esse público e, quando existem, não há convergência de linguagens, o que é fundamental para estreitar laços com os jovens, nem orientação que explique como acessá-los.

Os entrevistados indicam que a falta de entendimento sobre o funcionamento da máquina do Estado (municipal, estadual, federal) é um forte impeditivo para a construção de alianças e engajamento.

Eles reconhecem que há certa abertura para falar de assuntos amenos, como plantar mudas pela cidade. Entretanto, consideram que há pouco espaço para pautar temas mais polêmicos — como denúncias de poluição, mineração ilegal, invasão de terras e desmatamento — ou construir soluções conjuntas para as questões ambientais. Também foi apontado que o medo e a hostilidade afloram quando o debate é de cunho socioambiental, o que faz com que se sintam intimidados.





Os movimentos dos quais eu faço parte se articulam com o poder público em alguns momentos. Mas há um distanciamento burocrático evidente e a gente não tem uma educação que nos ajude a interpretar e acessar esses espaços da política. Eu sinto que poderíamos colaborar ao entender para que e como acessar as instâncias públicas.

(Ana Rosa Calado Cyrus)



Eu acredito que não temos vez e nem voz com o poder público. Tentamos fazer a nossa articulação na coragem e travamos uma batalha bem grande para sermos ouvidas.

(Áurea Sena Dos Santos)



## PRINCIPIO DIRECIONADOR 1:

### Diversificação das metodologias de participação cidadã das juventudes

As inovações sociais mapeadas têm alguns diferenciais importantes em suas metodologias de participação cidadã e contribuem com a formação das juventudes e com novos formatos de interação com o poder público (a maioria, via redes sociais).

Algumas organizações incentivam os jovens a ocupar espaços de participação existentes, como cadeiras nos Conselhos de Direitos, ou lançar candidaturas para cargos legislativos e executivos. Parte do grupo entrevistado tem apoiado o exercício do voto consciente, abordando a importância do título e incitando as juventudes a refletirem sobre os processos eleitorais.

## PRINCIPIO DIRECIONADOR 2:

### Ocupação dos espaços de formulação e implementação de políticas públicas pelos jovens e povos amazônidas

As cidades da Amazônia Legal e seus povos tradicionais têm uma forma singular de interagir com a floresta, e esse saber precisa estar presente na política que governa esses territórios.

Para isso, é preciso ter gestores públicos sensíveis e advindos das comunidades. Os entrevistados salientam a atuação transformadora da deputada indígena Joênia Wapichana<sup>12</sup>, considerada uma agente fundamental na indução de mudanças efetivas na forma de pensar e fazer política pública no Brasil, a partir das vozes dos povos originários da Amazônia.

12 Joênia Batista de Carvalho, mais conhecida como Joênia Wapichana OMC (Boa Vista, 20 de abril de 1974), é Empreendedora Social Ashoka. Primeira mulher indígena a exercer a profissão de advogada, no Brasil, e a ser eleita deputada federal, representando Roraima, durante as eleições de 2018.



A gente tem incentivado que os jovens se enxerguem como possíveis candidatos. Tivemos jovens que se candidataram nas últimas eleições, fizeram campanha, entenderam a importância desse processo.

(Raquel Rosenberg)



No último ano, aqui em Santarém, montaram um Conselho Municipal mais diverso. Eu conheço indígenas, ribeirinhas, quilombolas que hoje estão ali, fazendo parte.

(Luísa Falcão)

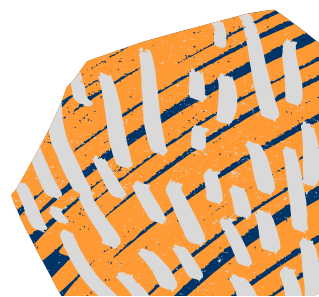
### PRINCÍPIO DIRECIONADOR 3:

#### Implementação de canais e políticas específicas para dialogar e apoiar as juventudes

Os entrevistados ressaltam a necessidade de fortalecer estruturas políticas específicas para atuar com as juventudes, como secretarias ou departamentos dedicados a esse público, além de editais e outras linhas de apoio direto com foco em inovação.

Eles reconhecem a existência de boas práticas no poder público que estão transformando a tecnologia em uma ferramenta de suporte para o diálogo com os cidadãos e enfatizam que estas devem ser reforçadas como política pública. O uso dessas tecnologias na comunicação com jovens favorece a interação e a proximidade, valoriza a diversidade de vozes e contribui para a transparência das ações.

Para alguns participantes do **Mapeamento**, fazer as mudanças necessárias no campo da justiça climática requer articulação política externa, recursos financeiros e a pressão de governos e outras estruturas estrangeiras. Os jovens lembram que ambientes multilaterais fortalecem as pautas nacionais – principalmente aquelas relacionadas à Amazônia – e ajudam a dar visibilidade e força de argumentação com o governo local. Nas Conferências do Clima, os países signatários estipulam e assumem compromissos e metas relacionados à educação climática e ao papel das juventudes. E, a cada ano, as juventudes brasileiras e amazônidas vêm ampliando sua participação, representatividade e poder de articulação na esfera internacional.



## ESCOLAS: cérebro e coração das juventudes inovadoras

Qualquer iniciativa que tenha por objetivo promover mudanças sistêmicas associadas às juventudes no Brasil precisa de uma nítida estratégia voltada às escolas.

Escolas alcançam 99,7% da população entre 6 a 14 anos e 92,5% dos adolescentes entre 15 e 17 anos. Há variações nestas taxas dependendo da região do país, sendo que no Norte, onde se concentra a maior parte da Amazônia, as escolas atingem 97,4% das crianças de 6 a 14 anos. No que se refere aos jovens nortistas, 70,6% concluíram o ensino fundamental até os 16 anos e 62,6% dos que têm entre 15 e 17 anos estão no ensino médio<sup>13</sup>.

Um aspecto marcante da realidade escolar nacional é a preponderância do sistema público estatal: dentre os quase 48 milhões de estudantes, mais de 38 milhões estão nas escolas das redes públicas.

A importância da instituição escolar fica evidente no **Mapeamento**. É unânime o entendimento acerca do seu papel estratégico para fomentar iniciativas inovadoras das juventudes. Há críticas, sugestões e propostas de melhoria. Contudo, todos reconhecem a função da escola como agente primordial de qualquer mudança relacionada às juventudes na Amazônia, no Brasil e no mundo.

Nesta seção, vamos analisar as barreiras sistêmicas e os princípios direcionadores identificados nos depoimentos e, na sequência, descrever as percepções que emergiram em torno da questão **Qual o papel da escola para fomentar iniciativas das juventudes?**

Para a Ashoka, uma educação transformadora se baseia na ideia de que todas as pessoas têm potência para contribuir com a construção de uma sociedade justa, equitativa e sustentável, e que a escola é um espaço privilegiado de experiências capazes de formar pessoas com senso de responsabilidade pelo mundo. Este conceito faz parte do programa **Escolas Transformadoras**<sup>14</sup>, que teve início nos Estados Unidos, em 2009, e, de lá para cá, se espalhou por 35 países. Hoje, conta com uma rede formada por mais de 270 escolas, sendo 21 brasileiras.



Seguimos perguntando: que planeta, que floresta ou que ambiente vamos deixar para as futuras gerações? E precisamos incorporar outras perguntas quando vamos propor ações com as juventudes e a justiça climática, como: que geração, que pessoa, que criança, que adolescente, que jovem nós vamos deixar para o planeta ou para a Amazônia do futuro?

**(Fabio Anderson Rodrigues Pena)**

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/ModernaEducacaoBrasileira2021>>. Acesso em: 15 ago, 2022.

<sup>14</sup> Conheça mais sobre o programa Escolas Transformadoras em: <https://escolastransformadoras.com.br/>



Ao abordar a situação das escolas, os entrevistados trazem reflexões sobre problemas estruturais comuns e frequentes na educação brasileira, que se refletem na Amazônia Legal, como investimento reduzido, infraestrutura falha, desvalorização dos professores, além de todo o processo de desigualdade entre as “educações” oferecidas para as diferentes “juventudes”. Essas são barreiras sistêmicas presentes no ensino nacional como um todo, e não podem ser esquecidas quando tratamos de justiça climática ou do fomento a iniciativas das juventudes.

O foco da nossa análise, entretanto, será entender como essas dificuldades impactam outras questões regionais correlatas, que enfatizam também aspectos específicos vivenciados nas políticas públicas de educação regional.

## **BARREIRA SISTÊMICA 1:**

### **A educação que vem de fora**

A educação que não leva em conta as especificidades dos territórios é um ponto bastante destacado pelos entrevistados. De modo geral, consideram a política de educação em seus municípios ainda muito fechada à participação das lideranças locais e, principalmente, das juventudes.

Essa realidade reflete o modelo de construção e distribuição das

políticas públicas no Brasil. Para os entrevistados, um desenho universal na educação abdica da regionalidade e da singularidade que deveriam ser oferecidas às populações amazônicas, deixando de valorizar a riqueza de vivências e identidades.

A regionalidade da educação precisa ecoar no conteúdo socioambiental local e nas iniciativas transformadoras das juventudes. Para tanto, é necessário que tenhamos jovens conscientes de seu lugar no mundo, da história de seu povo e de sua identidade. Só assim eles poderão criar o que consideram importante para suas culturas e territórios.

Uma prática citada de modo recorrente nas falas é a dos livros didáticos, entendidos como um elemento importante da política educativa e sem conexão com a realidade local. Geralmente produzidos no Sudeste, esses materiais chegam à Amazônia sem a devida adequação e agem contra a ideia de pertencimento da criança e do jovem ao seu território.



Colocar um jovem da floresta no sistema de ensino universal não parece muito justo, porque fala de coisas que ele não entende e de uma forma que não faz parte do seu universo.

**(Angela Mendes)**







Muitas vezes, o MEC ou a própria Secretaria de Educação da cidade é quem estipula o que o aluno tem que aprender, em determinado tempo. Esse modelo urbano, do Centro-Oeste e do Sudeste, para as comunidades ribeirinhas da Amazônia é uma dificuldade muito grande. Essa regionalização falta na escola.

**(Luiz Henrique Lopes Ferreira)**

O professor que vem de fora também é percebido como um desafio. No caso das comunidades tradicionais, é considerado uma barreira na formação da criança e do jovem dessas comunidades, por não viver o dia a dia local e tampouco conhecer a história daquela etnia.

## **BARREIRA SISTÊMICA 2:**

### **Ausência de espaços de participação na construção da política pública de educação**

Para os jovens, o fato de haver abertura e diálogo nas escolas com professores e diretores é um importante caminho a ser aproveitado para a articulação em nível local, já que, como vimos, a escola é uma estrutura muito valorizada nas comunidades.

O aspecto mais crítico dessa articulação aparece nas falas das

organizações e lideranças que refletem sobre a fragilidade dos temas ambientais e da justiça climática no escopo da política educacional. São apontadas as precariedades nas políticas voltadas para a participação cidadã das juventudes e no fomento de iniciativas que promovam a agência de transformação em crianças e adolescentes no contexto escolar.

Os representantes dessas organizações acreditam que não basta investir apenas em uma interlocução local, é preciso decisão política para criar uma política pública mais consistente, para mudar metodologias de abordagem das juventudes e para incluir conteúdos mais abrangentes e pertinentes com a realidade local.



As políticas públicas para esse tema não podem ser restritas à Semana do Meio Ambiente. Têm que estar no dia a dia da escola, no fazer pedagógico de forma mais constante. Mas nós, que atuamos com escolas públicas, dialogamos mais com a gestão da escola, do que com Secretarias de Educação. Quando envolve secretarias, enfrentamos processos burocráticos que não favorecem a articulação.

**(Angela Mendes)**

### BARREIRA SISTÊMICA 3:

#### Desconexão do ensino médio com a educação ambiental e as ações transformadoras das juventudes

A escola, ao contrário do papel que exerce para a criança, não tem oferecido ao jovem a possibilidade de vivenciar um espaço que valoriza o encontro, a diversidade e a interação. O ensino fragmentado em disciplinas e séries, que reforça seu caráter formalista, indiferente às singularidades culturais e contextos socioeconômicos, torna-se incapaz de dialogar com as demandas dos jovens — seja nas questões ambientais, de inovação ou de formação profissional — e de motivá-los a serem transformadores em suas próprias iniciativas.

Alguns jovens falam sobre a necessidade de rever a narrativa da escola, enfatizando ‘o que o jovem busca e espera da escola e o que aquele espaço representa na vida do adolescente’ deixando pra trás ‘o que a escola espera do jovem’. Para isso, há que se revisar o modelo de ensino, de avaliação e os processos de diálogo, fazendo com que o jovem se sinta um agente transformador da estrutura educativa e não alguém transformado pela escola. Isso implica mudança de conteúdo e de abordagem. É a escola que se transforma com o jovem. Não é a escola formando o jovem transformador, é a escola sendo transformadora.

O ensino médio focado no mundo do trabalho poderia estar mais conectado aos potenciais da biodiversidade e da Floresta Amazônica, em modelos de atuação profissional sustentável. Percebe-se que a escola continua formando uma “possível mão-de-obra” para um “possível mercado de trabalho” ainda inexistente, dissociado da realidade local ou das questões socioambientais.



É necessário propiciar espaços de diálogo nas escolas. E quebrar o muro: não existe mais fora e dentro, existe um ponto de encontro que é a escola. Não é o contato que a escola quer ter com o jovem, é o contato que o jovem quer ter com a escola.

**(Ana Rosa Calado Cyrus)**



## PRINCÍPIO DIRECIONADOR 1:

### Escola como agente socioambiental

Os entrevistados trouxeram referências de projetos e iniciativas que têm como princípio direcionador a educação a serviço da valorização da sociobiodiversidade da Amazônia. Dentre os exemplos citados estão os **Territórios de Aprendizagem** e o **Centro Experimental Floresta Ativa (Cefa)**, do **Projeto Saúde e Alegria**; o **Comitê Chico Mendes**, da **Reserva Extrativista (Resex)** homônima; e o projeto **Escola D'Água**, idealizado pela **Swarovski Waterschool** e desenvolvido no Brasil pelo **Instituto Mureru Eco Amazônia** e pela **Fundação Amazônia Sustentável**.

Para elaborar e realizar um currículo que dê conta dessa proposta, são necessárias abordagens transversais ou interdisciplinares do conhecimento, metodologias ativas que estimulem a ação transformadora dos estudantes e uma forte integração com a comunidade.

## PRINCÍPIO DIRECIONADOR 2:

### Reconhecimento do notório saber nos currículos

Uma experiência do **Movimento Indígena do Baixo Tapajós** pretende influenciar a política pública de educação com um projeto de reconhecimento do

notório saber dos povos tradicionais. O projeto quer incluir, no currículo das escolas das comunidades, a valorização da sabedoria adquirida a partir da vida na aldeia, como a preservação e o sustento das cadeias produtivas baseadas na biodiversidade e, com isso, celebrar os saberes locais junto a crianças e adolescentes. Os entrevistados salientam que, quando esse conhecimento se torna conteúdo nas escolas de ensino fundamental e médio dentro das aldeias, os jovens passam a compreender a importância do aprendizado sobre a forma de se relacionar com a floresta.

O **Projeto Saúde e Alegria** também desenvolve atividades nos espaços escolares de comunidades da Amazônia com o tema "O que a comunidade sabe que a escola não ensina". Esta iniciativa incentiva os jovens a pesquisar os saberes ancestrais, tanto sobre a natureza quanto sobre aquilo que integra o imaginário coletivo, como as formas por meio das quais as populações explicam a vida.



Então, os jovens passam a entrar em cena, pois quando chegam na universidade já vêm com essa luta na mente, no sangue, para proteção territorial e na defesa dos direitos e da valorização da sabedoria dos povos indígenas.

(Ednei Arapiun)

### PRINCÍPIO DIRECIONADOR 3:

#### Escola como um espaço da comunidade

A escola é uma estrutura pública presente em grande parte das comunidades urbanas, rurais e tradicionais da região amazônica e, assim como a igreja e o clube de futebol, representa um local de encontro, gerando um sentimento de pertencimento comunitário, da qual todos podem se apropriar.

Na visão de quem trabalha com as juventudes, o papel desse espaço é o de possibilitar o aprimoramento de habilidades necessárias para que as novas gerações enfrentem os desafios sociais e construam caminhos transformadores para a Amazônia Legal.



A escola é o espaço público mais demandado pelos comunitários. Nas comunidades indígenas, o laço que se cria com a escola é ainda maior.

Ela é um ponto de encontro, de pensamento, de construção.

A gente não pode abrir mão desse contato quando pensa em fortalecer iniciativas das juventudes.

**(Lucineide Pinheiro)**

Percebe-se que a maior preocupação sobre a construção do processo educativo na Amazônia, em nível nacional, é a pouca representatividade das vozes locais na formulação e implementação de

políticas. Devido às especificidades regionais, como aquelas relacionadas aos povos indígenas e tradicionais, muitos avaliam que, neste momento histórico, já deveríamos estar discutindo um processo formativo no âmbito dos direitos assegurados aos territórios.

No que concerne os esforços educativos locais, os entrevistados destacam pontos que vão desde atitudes individuais, como a reciclagem e o consumo, até a reflexão sobre os padrões de vida urbano, a produção de energia, a mobilidade, o formato de produção industrial e os conceitos de desenvolvimento. Eles ressaltam que as políticas e programas educacionais devem ser territorializados, valorizando a diversidade e a identidade regional.

A regionalidade do saber deve ser premissa básica no ensino voltado para crianças e jovens indígenas, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos residentes em municípios cercados de floresta. Assim, o aprendizado na escola contribui para uma leitura crítica do mundo.



O papel da escola na formação de lideranças comunitárias também é salientado pelos participantes do **Mapeamento**: a escola como espaço de debate público e cultura democrática, capaz de auxiliar na gestão e no funcionamento de associações locais e de favorecer o diálogo na comunidade, possibilitando uma melhor compreensão sobre sua função social.



Ao entender seu lugar no mundo e no seu território, é possível ser um cidadão melhor, porque você tem posição, lugar de fala. Temos feito algumas experiências pedagógicas para que a escola se entenda dentro do conceito do território, como espaço que é marcado pelas ações humanas, pelas relações econômicas, sociais, ambientais. A floresta não é só um aprendizado oco.

**(Angela Mendes)**



Na comemoração da Semana do Meio Ambiente, não se fala do desmatamento da Amazônia. É um desconhecimento gritante do que se passa aqui.

**(Kátia Brasil)**

## UNIVERSIDADES: o despertar de um novo jeito de saber

As instituições de ensino superior são fundamentais para a mudança de paradigmas, no sentido da constituição do mundo em que todas as pessoas possam conhecer e exercer sua potência de transformar para o bem comum.

Embora no Brasil em geral, e na Amazônia em particular, o contingente de estudantes do ensino superior esteja longe de ser o desejado, um número considerável de jovens chega às universidades. A região Norte, onde se localiza a maior parte da Amazônia, registrou em 2019 aproximadamente 716 mil matrículas no ensino superior, sendo o Pará e o Amazonas os estados com a maior expressão. Três estados da região possuem taxa de escolarização líquida acima da média do Brasil (18,1%): Tocantins (23,4%), Amapá (20,0%) e Roraima (18,2%)<sup>15</sup>. Essa taxa mede o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população da mesma faixa etária.

Pelo papel que desempenham na formação humana e profissional das juventudes, assim como pela sua importância para o debate em torno da justiça climática, as universidades são estruturas muito valorizadas nas falas dos entrevistados, embora sejam vistas como distantes das realidades amazônicas.

15 Instituto SEMESP. Mapa do Instituto Superior. Disponível em: <<https://bit.ly/SEMESPMapaEnsinoSuperior>>. Acesso em: 20 ago, 2022.

## BARREIRA SISTÊMICA 1:

### Valorização de um tipo de conhecimento “padrão”

Parece comum a percepção de que a região amazônica é rica e diversa. Entretanto, nem todos reconhecem que, devido a várias especificidades, ela merecia ter um formato de produção de conhecimento capaz de exaltar o que existe localmente e potencializar o sistema que manteve a floresta viva até os dias atuais.

Os entrevistados pelo **Mapeamento** sentem falta de uma maior conexão entre o conhecimento científico padrão, produzido dentro dos muros universitários, e aquele construído historicamente no contato com a floresta, oriundo dos povos originários e tradicionais e da relação que eles mantêm com a natureza.

No que se refere ao campo de formação profissional, os participantes do estudo avaliam que os cursos ainda buscam preparar para um mercado que inexiste na região, ou para ocupações e técnicas que perpetuam modelos produtivos insustentáveis. Os jovens universitários atestam que o conceito de justiça climática voltado para a Floresta Amazônica não integra o currículo dos cursos oferecidos na região e aparece apenas em iniciativas pontuais de alguns professores ou estudantes.



## BARREIRA SISTÊMICA 2:

### Modelo de ensino pouco participativo

As universidades são vistas, pelos jovens entrevistados, como ambientes de difícil acesso. O modelo tradicional de ensino superior ainda olha para seus estudantes com um viés muito conservador e concede pouco espaço para que eles participem de forma mais ativa do seu próprio aprendizado e da escolha dos assuntos estudados.

As falas indicam que a universidade poderia assumir um papel estratégico no engajamento e na participação das juventudes em temas de interesse público, como a justiça climática, agindo como um propulsor de interações, de jovem para jovem.



É importante fortalecer a participação dos povos indígenas na universidade, demonstrar como convivemos entre nós e com a floresta, a cultura e a realidade dos povos indígenas. Nos livros, eu creio, nossas histórias são distorcidas. Nossa presença na universidade traz benefícios mútuos. O racismo dentro da universidade ainda é uma barreira.

(Puré Juma Uru Eu Wau Wau)

As entrevistas com jovens indígenas revelam alguns aspectos importantes sobre sua convivência com a universidade. Aparecem como pontos positivos a política de acesso via sistema de cotas e o processo seletivo especial para indígenas e quilombolas; a conquista de incentivos como o bolsa-auxílio para os universitários; e o fomento à formação universitária de jovens indígenas para atuarem em suas comunidades, o que traz benefícios nas áreas de educação e saúde, na própria defesa dos territórios e na garantia dos direitos básicos desses povos.

Entre os fatores sensíveis na relação entre universidade e povos indígenas, foram citados o êxodo causado pela necessidade de se distanciar da comunidade; as dificuldades financeiras de sustento nos centros urbanos; as barreiras culturais e tecnológicas de integração nos campi; e o preconceito institucional que pode ser manifestado por professores, servidores e outros estudantes.



## PRINCIPIO DIRECIONADOR 1:

### Pesquisa e extensão como inovação metodológica na aprendizagem, avaliação e engajamento do jovem com o território

Os entrevistados acreditam que o estímulo a diferentes formas de interação extraclasse e extramuros, por meio de pesquisa e extensão, é um caminho possível para superar a barreira de um ensino tradicional, distante da realidade amazônica.

Salientam a perspectiva de participação ativa dos jovens universitários na construção de projetos de pesquisa e extensão, propondo estudos em campos de interesse específicos na Amazônia Legal e explorando novas metodologias interativas e dialógicas com as comunidades e entre cursos, professores e estudantes da própria universidade.



As universidades estão devendo em projetos de extensão. Alguns professores conseguem, de forma individual, dar destaque para essas causas. Poucos conseguem trazer sistemas mais contemporâneos de pesquisa e ensino. A extensão tem potencial de catalisar projetos mais articulados entre terceiro setor, comunidades e as juventudes universitárias.

**(Angélica Francisca Mendes Mamede)**

## PRINCIPIO DIRECIONADOR 2:

### Construção de novos conhecimentos com base no diálogo de saberes

Segundo os entrevistados, as universidades padecem de pouca inovação em metodologias que propiciem retroalimentar a comunidade com os conhecimentos gerados pelas pesquisas. O conhecimento tende a ficar circunscrito ao meio científico, resultando em uma relação desigual.

As falas sinalizam que o modelo vigente absorve informações, vivências e conhecimentos locais sem valorizar devidamente ou sequer dar crédito à população envolvida. Recomendam que a universidade invista em métodos de pesquisa mais participativos, nos quais a comunidade deixe de ser mero objeto do estudo para se tornar sujeito ativo.

Foram citados alguns exemplos que propõem uma construção sinérgica do conhecimento e que têm um diferencial na interação estudantes-comunidade-floresta. Um deles é a disciplina Vivência Amazônica, criada pelo Núcleo de Estudos Amazônicos, da Universidade de Brasília, na qual os alunos fazem uma imersão na realidade de povos da floresta, e que em 2016 contou com a parceria do Comitê Chico Mendes, convergindo em um Encontro de Jovens Protagonistas.





Outra referência é o **Projeto Saúde e Alegria**, que tem boas relações com a universidade e parcerias que aproximam programas de formação, com foco em sustentabilidade, de comunidades rurais e reservas extrativistas.

A **Agência Amazônia Real** foi outro exemplo citado. Executa ações com a universidade, como eventos e debates sobre assuntos regionais, participação e divulgação de pesquisas e articulação de fontes qualificadas para falas públicas sobre a Amazônia.



A nossa relação com a Academia não se concretiza em resultados para os povos da floresta. E eu acho que essa relação precisa ainda ser melhor avaliada para que gere benefícios para ambos os públicos de forma mais igualitária.

**(Angela Mendes)**

## **EMPRESAS: um longo caminho rumo a uma relação de respeito e confiança**

O Mapeamento revela uma relação predominantemente conflituosa entre as juventudes e as empresas atuantes na Amazônia Legal. As pessoas entrevistadas relatam a assimetria de poder econômico e político no trato com as empresas. De forma geral, são chamadas a participar de conversas ou atividades marginais (como datas

comemorativas) em vez de se estabelecerem diálogos estratégicos, centrados na responsabilidade das empresas com relação ao bem-estar das comunidades impactadas por suas atividades ou às soluções e pactos ambientais necessários para garantir a sobrevivência de todas as pessoas diante da perda da biodiversidade e da crise climática.

O imperativo do desenvolvimento chega à Amazônia desqualificando os conhecimentos adquiridos com o manejo tradicional da floresta. Essa atitude gera desconfiança, num momento em que as identidades locais estão se fortalecendo dentre os grupos jovens.

Um dos termos recorrentes nas entrevistas do mapeamento é "prudência" quando o assunto é articulação com empresas. Os jovens têm consciência de que compensações socioambientais por megaempreendimentos ou exploração de recursos naturais na Amazônia, frequentemente, ganham roupagem de "parcerias com as comunidades" ou assistência social. Apontam uma intenção por parte das empresas de supervalorizar obrigações contraídas em licenciamentos, como se fizessem mais do que o Governo, ao construir escolas, hospitais ou estradas onde atuam. Para as juventudes, enquanto não houver transparência nos processos e objetivos empresariais, vai-se continuar reforçando a lógica do desenvolvimento econômico a partir de práticas predatórias.





Acho que há um conflito relacionado ao lucro, que não é tão simples de resolver. Por exemplo, quando há uma disputa por território, o empresário disputa para tirar lucro, e nós disputamos para manter a vida, cuidar da natureza e das pessoas.

(Edilberto Francisco Moura Sena)

## BARREIRA SISTÊMICA 1:

### Juventudes e empresas em campos opostos nas ações por justiça climática

Os entrevistados consideram que a região precisa fortalecer uma economia mais solidária e sustentável, focada na distribuição de riqueza e na justiça social e ambiental. Eles contestam o padrão e as propostas de desenvolvimento que vêm crescendo na Amazônia, assim como as relações que estão sendo criadas entre comunidades e corporações.

Os depoimentos revelam vários níveis de articulações controversas entre empresas e juventudes, de acordo com as diferentes realidades amazônicas. As preocupações perpassam a falta de relações mais justas com comunidades extrativistas na remuneração de seu trabalho, bem como os impactos da mineração — que polui a água dos rios —, e do agronegócio — que agrava o desmatamento e faz uso indiscriminado de agrotóxicos, à revelia das consequências para o meio ambiente e a população local.

Diante dessas experiências e percepções, juventudes e comunidades tradicionais encontram mais dificuldades na formulação de possibilidades de atuação conjunta.



As empresas querem parceria do jeito delas, ditando o que a gente tem que fazer. Preferem que a gente continue como aquela mesma figura caricata e sem manifestar nossas próprias ideias enquanto indígenas. Essas foram as experiências que eu tive com empresas.

(Samela Sateré Mawé)



## PRINCÍPIO DIRECIONADOR 1:

### Novos arranjos de produção e comercialização, mais participativos e colaborativos



Eu acho que tem empresas tentando modificar a forma como elas impactam a comunidade, abrindo o debate com aquelas pessoas que elas estão afetando, com as próprias pessoas que trabalham dentro daquela empresa, e não são apenas da diretoria. Eu acho que pode contribuir muito com boas ações, financiando bons projetos, fazendo parcerias com o setor público, com o setor privado, e com a sociedade civil se isso se intensificar. Mas, tem que mudar principalmente a atuação da própria empresa.

**(Karina Penha Andrade Costa)**

Os participantes do **Mapeamento** demonstram interesse no diálogo com empresas que estão renovando sua prática. Há abertura para uma aproximação com aquelas que zelam pelo desenvolvimento local e por uma interação saudável com a floresta e seus recursos, que promovam a distribuição de riquezas de maneira mais igualitária e que queiram genuinamente construir uma relação equilibrada com as pessoas, as comunidades e as cidades da Amazônia Legal.

Outras formas de organização, como as cooperativas, são citadas como experiências positivas na composição de alianças com comunidades extrativistas. Elas apontam para novos arranjos de produção e comercialização, mais participativos e colaborativos, com modelos diferenciados de gestão, divisão de lucros, diálogo e formação dos cooperados.

Os depoimentos sinalizam a importância de se manter as juventudes em seu território e a necessidade de alternativas viáveis no mundo do trabalho que favoreçam a geração de emprego e renda em conexão com a vida na floresta. A demanda por linhas de crédito e acesso facilitado a recursos também é enfatizada, tanto para a agricultura familiar quanto para outras atividades locais que precisam de aprimoramento. Além disso, o amparo financeiro a projetos que reforcem o protagonismo juvenil é visto pelos entrevistados como um caminho para fomentar a inovação com a floresta em pé.

### **MÍDIA: dos produtores e distribuidores tradicionais à inovação das juventudes nas plataformas digitais**

Os entrevistados dividem os produtores e difusores de conteúdos midiáticos em três níveis: (1) a mídia tradicional nacional, formada pela imprensa, emissoras de rádio e TV nacionais e suas sucursais na Amazônia;

(2) a mídia tradicional regional/local, composta pelas redes de rádios comunitárias, agências e plataformas de notícias independentes; e (3) a mídia especializada, que trata de assuntos de forma diferenciada ou inova no jeito de disseminar informações, como as produções de-jovens-para-jovens via redes sociais.

Há, em cada um desses segmentos, percepções de fortalezas, fragilidades e oportunidades de sinergia para colocar a justiça climática na agenda pública. Segundo os entrevistados, dois tipos de meios de comunicação persistem com o propósito de divulgar a Amazônia sob a perspectiva de quem lá vive e democratizar a comunicação na escala comunitária: as **agências de notícias**, que fazem jornalismo investigativo e atuam como canais de expressão democrática, muitas vezes treinando lideranças locais para contarem suas próprias jornadas e desafios; e as **rádios comunitárias**<sup>16</sup>, que têm capilaridade e qualificação para comunicar numa linguagem acessível e contextualizada e são uma ferramenta de resiliência em momentos de crise, que exigem alertas e agilidade para disseminar informações críticas rapidamente. Além disso, as plataformas digitais têm permitido a reinvenção de um modelo de comunicação comunitária. Apesar da infraestrutura limitada, a vontade de experimentar novas técnicas e narrativas abre caminhos para os jovens fazerem “do seu jeito”.

## BARREIRA SISTÊMICA 1:

### Os veículos de comunicação tradicionais se distanciaram da realidade das juventudes e das pautas da justiça climática

Historicamente, a pauta socioambiental não tem tido apelo político ou econômico. Mesmo estando no meio da floresta, questões climáticas vêm a reboque de eventos excepcionais ou quando notícias e estudos ganham repercussão nacional. Boa parte dos entrevistados observa que a mídia local segue um padrão de cobertura semelhante ao da grande imprensa, com pouca valorização da regionalidade.

Diante da complexidade da crise climática, os jovens avaliam que a cobertura local peca por não apresentar conteúdos de forma educativa, com análises sistêmicas e conectadas a questões do cotidiano da floresta. Não se dá visibilidade à diversidade cultural. Na mídia local, a leitura é a de que a cobertura reforça um estereótipo da “Amazônia folclórica” e resiste a retratar vozes locais e a realidade das pessoas em suas narrativas.

O que se percebe é que a insatisfação decorrente da invisibilidade das juventudes nos veículos tradicionais provoca um distanciamento desse público dos meios de comunicação locais e regionais. Cada vez mais, a desconexão entre as narrativas tem levado o jovem a elaborar seus próprios conteúdos e a

16 Dados do Ministério das Comunicações, de 2015, revelam que a Amazônia tem 504 rádios comunitárias licenciadas, cobrindo mais da metade dos municípios da região, com 265 delas sendo o único meio de comunicação de massa em suas localidades. Disponível em: <file:///Users/andreamargit/Downloads/28583-98472-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 de Agosto de 2022.

experimentar plataformas descentralizadas de produção e difusão. É o caso dos podcasts e das redes sociais em geral, que têm se fortalecido como um nicho da produção de informações para as juventudes amazônicas e do Brasil.



Um exemplo atual é a cheia no Amazonas. O noticiário local estava fazendo daquilo um evento, um momento turístico de Manaus, em vez de contar porque o rio aumentou tanto ou mesmo os impactos na vida das pessoas afetadas. O jornal de um município bastante afetado pela cheia publicou matéria com o seguinte título: 'Veneza Amazônica'.

(Alicia Cristina Oliveira)

## BARREIRA SISTÊMICA 2:

### Infraestrutura deficitária para favorecer as inovações das juventudes em comunicação

Jovens e gestores reconhecem que a comunicação é um processo importante para a formação, mobilização, engajamento e a participação das juventudes localmente. No entanto, eles destacam que a falta de estrutura e de investimentos nessa área dificulta o acesso e a disseminação de informações, assim como a produção de conteúdo pelas próprias juventudes.

A infraestrutura está relacionada à disponibilidade de internet e energia. Algumas comunidades já

possuem sistema de energia fotovoltaica e telecentros onde podem usufruir de computadores e internet, mas a maioria depende de motor a diesel, que costuma ser acionado por poucas horas, durante a noite. Com o alto preço dos combustíveis, não raro sequer é possível recarregar a bateria do celular. Por isso, muitas comunidades têm no rádio seu principal meio de comunicação.

Quando se trata da implementação de políticas públicas para a comunicação, a questão vai muito além do serviço de telefonia e internet, envolve também o acesso a energia e tecnologias. As comunidades sonham com geração de energia solar, mas o custo elevado do sistema faz com que poucas contem com esse recurso. Para os jovens nas cidades, a falta de infraestrutura recai sobre outro ponto: há sinal de internet, mas o acesso a ele é precário. Durante a pandemia da Covid-19, a ausência de políticas públicas para viabilizar internet nas comunidades de mais baixa renda dificultou o acesso à educação formal e a participação em eventos virtuais e a interação csocial.



Nosso sonho sempre foi ter acesso à Internet dentro do nosso território, pois fortaleceria a forma como nos informamos e articulamos a juventude aqui, de outras comunidades dentro da reserva e mesmo com pessoas de fora.

(Catia Santos de Melo)



## PRINCÍPIO DIRECIONADOR 1:

### Fazer comunicação e educação sobre juventudes e justiça climática

Os entrevistados descrevem o leque de possibilidades para ampliar a articulação local a partir da internet e das redes sociais. Todas as iniciativas que integraram o **Mapeamento** possuem um olhar estratégico para a comunicação em sua atuação com as juventudes. Dentre elas, o **Saúde e Alegria**, com a **Rádio Mocoronga** e sua proposta educacional de produção de informação comunitária, passando pelo **ISA** e o podcast **Copiô, Parente**, que discute como decisões tomadas em Brasília têm implicações na vida dos povos da floresta, até a **Agência Amazônia Real**, com jovens repórteres que produzem informações sobre suas comunidades, ou o programa de rádio **Rios de Saberes**, da Escola d'Água, idealizado pelo **Instituto Mureru**, que traz conteúdos ambientais para o público jovem.

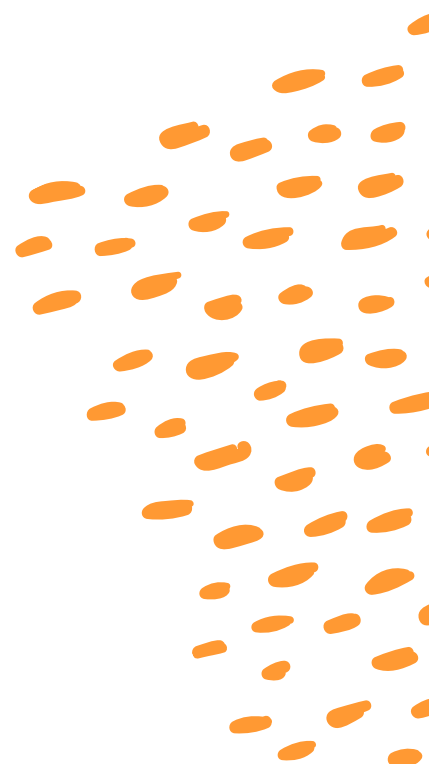
Nessas iniciativas, a prática da comunicação aparece como uma metodologia de educação integral e transformadora, que estimula as juventudes a interagirem com a realidade, a problematizá-la com autonomia e a aprender com o debate, liderando a produção e a difusão de conteúdos. Tais ações levam os jovens a dialogar com diferentes públicos, articular ideias, conhecer novas vozes em sua comunidade e trabalhar em equipe.

## PRINCÍPIO DIRECIONADOR 2:

### Rádio como meio de comunicação comunitária, popular e regional

As rádios locais e comunitárias seguem sendo os principais meios de comunicação da região, alcançando até as comunidades mais afastadas dos centros urbanos. Há exemplos de iniciativas de redes de jovens que criam e veiculam programas em rádios locais e que desfrutam de significativa popularidade.

Esse tipo de comunicação fortalece ativos comunitários ao pautar temas locais — como saúde do jovem, violência doméstica, ingresso no mundo do trabalho, defesa do território, educação e direitos — e expressa o modo de falar da comunidade, valorizando fontes capazes de debater os assuntos regionalmente. Cria uma forma de identificação similar às ferramentas da educação popular, garantindo às comunidades o direito à palavra e tendo como foco falar ‘com a população’ e não ‘para a audiência’.



### PRINCÍPIO DIRECIONADOR 3:

#### Desenvolver a análise crítica da comunicação produzindo conteúdos em vários formatos

As iniciativas que atuam na produção de comunicação para/pela/com as juventudes acabam desenvolvendo um processo de educação midiática fundamental na era digital. Percebe-se que, ao aprender a fazer comunicação, os jovens compreendem o papel da mídia na sociedade e passam a entender melhor a sua relação com a política e a economia, seus propósitos e seus interesses. Assim, desenvolvem uma capacidade de leitura crítica do conteúdo de veículos tradicionais e sobretudo das redes sociais, como a publicidade e seus efeitos, o viés da manipulação e as *fake news*, além da representatividade e democratização da comunicação, entre outros aspectos que permeiam esse universo.

Na avaliação dos entrevistados, os impactos desse aprendizado são percebidos nos projetos e ações empreendidas por jovens amazônidas associados à produção e à disseminação de informações qualificadas em suas comunidades. Eles podem fazer denúncias, reforçar a regionalidade e abordar uma diversidade de assuntos em suas redes nas diversas mídias digitais, potencializando o alcance de notícias sobre a Amazônia para outras regiões.

### PRINCÍPIO DIRECIONADOR 4:

#### Diversidade de mídias e canais digitais que falam de jovem para jovem

Ferramenta potente para o engajamento, a interação e a mobilização das juventudes, o ativismo digital<sup>17</sup> tem grande destaque nas falas do **Mapeamento**. Na avaliação dos entrevistados, as tecnologias da informação hoje cumprem um importante papel na articulação das juventudes. Unidos por temáticas e bandeiras comuns, e atuando em rede, os jovens experimentam a viabilidade de ultrapassar as fronteiras da Amazônia Legal por seus próprios meios. Assim, mesmo à distância, é possível acompanhar um jovem quilombola falando da tradição cultural de sua comunidade, conhecer uma jovem indígena explicando sobre a pesca artesanal, ou assistir ao vivo a uma denúncia de queimadas na Floresta Amazônica.

Os participantes do estudo ressaltam algumas das estratégias utilizadas por ativistas, que incluem: seguir e/ou marcar o prefeito em sua rede social, comentar as publicações dos vereadores de seu município sobre um assunto de seu interesse, acompanhar a atuação de uma liderança com a qual se identificam e interagir com as notícias dos veículos de comunicação tradicionais em seus canais nas redes sociais.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/WikipediaCiberativismo>>; <<https://bit.ly/FIAAativismoRedesSociais>>. Acesso em: 11 ago, 2022.



Outro aspecto relevante diz respeito à liberdade para a produção de informações. É possível fugir de vícios e padronizações da mídia convencional, fazendo ao seu modo, concebendo formatos inovadores, com linguagem própria, de jovem para jovem. Isso cria um ambiente de confiança e cumplicidade, permitindo maior conexão e potência coletiva diante de temas complexos como a justiça climática.



Quando a gente potencializa os jovens, eles conseguem ser espelho para outros jovens. Há uma reação em cadeia. Eles começam a ajudar outros jovens a perceberem seu próprio potencial.

(Joelma Viana dos Santos)

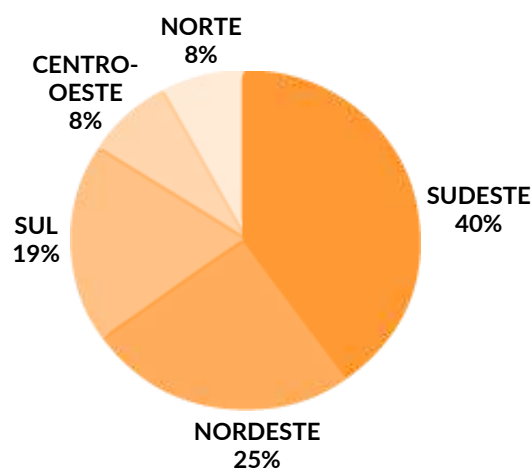


## SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: articulando pessoas, causas e territórios

As organizações da sociedade civil<sup>18</sup> são entidades privadas e sem fins lucrativos cujas atividades visam atender ao interesse público. São instituições autônomas, legalmente constituídas e formadas pelo livre interesse e pela associação dos indivíduos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), essas organizações contribuem com questões centrais em discussão na esfera pública e exercem atividades de interesse coletivo, como serviços de saúde em comunidades empobrecidas, metodologias inovadoras nas escolas, campanhas para enfrentar a violência de gênero e esforços para preservar a fauna e a flora das ameaças da intervenção humana<sup>19</sup>.

Segundo dados do ano 2016 do Ipea (2018), até então existiam cerca de 820 mil organizações da sociedade civil no país.



Distribuição geográfica das OSCs no Brasil

18 A Lei nº 13.019 de 2014 instituiu o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que regulariza a atuação das OSCs na administração pública estabelecida por meio de termos de colaboração, termos de fomento ou por acordos de cooperação. No documento é possível acessar a definição legal para OSCs.

19 Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/IPEAPerfilOSC>>. Acesso em 17 ago, 2022.



O diagrama abaixo mostra a natureza jurídica das organizações.



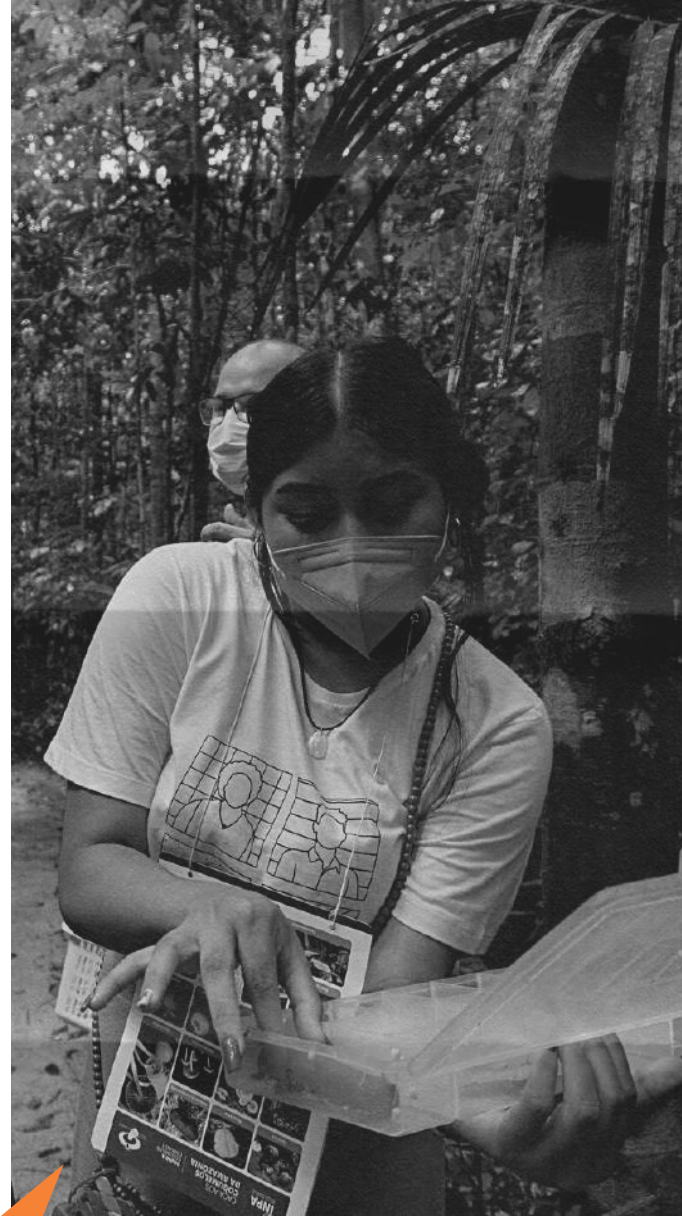
**B) Associações comunitárias** - organizam lutas e bandeiras nos territórios, como as de moradores e dos povos tradicionais. Têm papel crucial na governança comunitária e, na visão dos entrevistados, são o principal meio para se chegar até as pessoas, com ações, recursos e conhecimento. Ordenam os diálogos e a tomada de decisão coletiva e funcionam como agente mobilizador, inclusive das juventudes. Muitos dos jovens entrevistados integram associações — sejam comunitárias ou de povos indígenas — e têm vivências formativas nesse modelo de gestão. Assim como os sindicatos, as associações comunitárias operam com uma lógica tradicional de liderança, com centralização de poder e hierarquia.

O **Mapeamento** segmentou três tipos de OSCs, devido ao papel que ocupam na Amazônia e na defesa dos direitos humanos de seus povos e da própria floresta:

**A) Sindicatos** - são entendidos como estruturas de organização social relevantes no desenvolvimento da Amazônia Legal. Organizam as pautas e reivindicações de trabalhadores rurais e urbanos. Buscam avançar debates em questões como reforma agrária, direitos, educação, organização de base, assim como endereçam demandas trabalhistas relativas a auxílio-doença, aposentadoria e licença-maternidade.



**C) Organizações que atuam na defesa de direitos humanos ou ambientais** - são identificadas como estruturas fundamentais na ação por justiça climática com foco nas juventudes da Amazônia Legal. Há o reconhecimento de que elas dialogam com as diversas estruturas sociais, incluindo poder público, empresas, comunidades e escolas. Mesmo assumindo uma temática prioritária de atuação, essas organizações lidam com múltiplas demandas sociais, articulando ações e atores em áreas distintas. As falas evidenciam aspectos como a sensibilidade de escuta das OSCs, a valorização das vozes locais, o fato de ajudarem as populações a entenderem seu papel como agentes políticos, a realizarem pesquisas, disseminarem informações e ampliarem a capacidade de captar recursos e atrair novos parceiros. Quando ponderam a respeito do seu conhecimento sobre aspectos como participação social, papel das juventudes e questões de gênero, alguns jovens se consideram resultado da ação de OSCs locais. Os entrevistados alertam, no entanto, que as OSCs devem ter cuidado para não substituir espaços institucionais e oficiais que precisam dar respostas às demandas socioambientais da Amazônia.



## BARREIRA SISTÊMICA 1:

### Resistência a um novo modelo de atuar

O público mais jovem do **Mapeamento** reconhece, principalmente nos sindicatos, uma estrutura de relevante papel social. Contudo, avalia que estes não têm proximidade com suas demandas e tampouco os considera como um público a ser engajado. Os mais jovens acreditam que o sistema sindical tende a valorizar relações com lideranças mais experientes e promove pouca rotatividade de seus quadros, o que dificulta um diálogo intergeracional e a articulação de pautas comuns com as juventudes. Os entrevistados desconhecem ações e projetos voltados para a sua faixa etária, mesmo aqueles específicos de formação para o mundo do trabalho.

A falta de inserção dos jovens nas pautas não é exclusividade dos sindicatos. As OSCs do campo ambiental, ainda que tenham tido avanços na forma de atuar na agenda climática, também são percebidas como desconectadas da realidade de jovens, inclusive na Amazônia Legal.

## BARREIRA SISTÊMICA 2:

### Bandeiras político-partidárias reduzem a capacidade de diálogo com múltiplos atores

O viés político-partidário, somado a uma prática marcada por conflitos e disputas internas, caracteriza a atuação dos sindicatos, associações e outras OSCs. Embora sejam favoráveis à manifestação pública da posição política, os entrevistados percebem nessas organizações um clima partidário ostensivo e que dificulta o diálogo e afasta os jovens principiantes em seu processo de participação social. Eles avaliam que, para além da força coletiva e do confronto, as causas prioritárias das juventudes pressupõem união, interlocução, consenso, articulação e disposição para encontrar caminhos conjuntos.

Um caráter político agressivo pode gerar descrédito e repulsa nos meios juvenis. Isso é particularmente preocupante no âmbito do movimento climático, cuja pauta deve ser difundida transversalmente, não podendo ser atrelado a ideologias singulares.



## BARREIRA SISTÊMICA 3:

### Atuação fragmentada

Por pertencerem a um campo amplo, nem sempre é possível para as OSCs atuarem de forma mais integrada. Por exemplo, o modelo de intervenção dos sindicatos não incorpora outras pautas sociais, o que caracteriza uma atuação isolada em seu nicho. Os entrevistados observam que cada grupo se mantém lutando por suas questões separadamente, sem muita capacidade de criar conexões com as demais esferas, movimentos ou com temáticas transversais, como é o caso da justiça climática e das juventudes.



Estamos lutando cada um no seu quinhão. Nós somos parceiros, temos pautas próximas, mas não temos um projeto conjunto. O desafio é: como nós conseguimos juntar as forças em torno de situações de desafio, em projetos que são comuns a todos os grupos de movimentos sociais?

(Edilberto Francisco Moura Sena)

## PRINCÍPIO DIRECIONADOR 1:

### As juventudes chamam para o debate

Os participantes do **Mapeamento** apontam que uma dificuldade ao engajar diferentes estruturas sociais em projetos das juventudes é a falta de conhecimento sobre o que cada organização faz. Eles contam que formas inovadoras de articulação entre juventudes e sindicatos, associações e OSCs surgiram em iniciativas que tinham os jovens à frente do debate.

Uma experiência mencionada foi o **Fala Resex**, formação de jovens que acontece em comunidades vizinhas de Santarém e do rio Tapajós, que levou a uma aproximação com o sindicato. No escopo do projeto, os jovens começaram a questionar algumas estruturas presentes nas comunidades: ‘para que servem?’, ‘o que fazem?’, ‘como pretendem trabalhar?’.





## PRINCÍPIO DIRECIONADOR 2:

### Integrar lideranças locais nos quadros de profissionais das OSCs

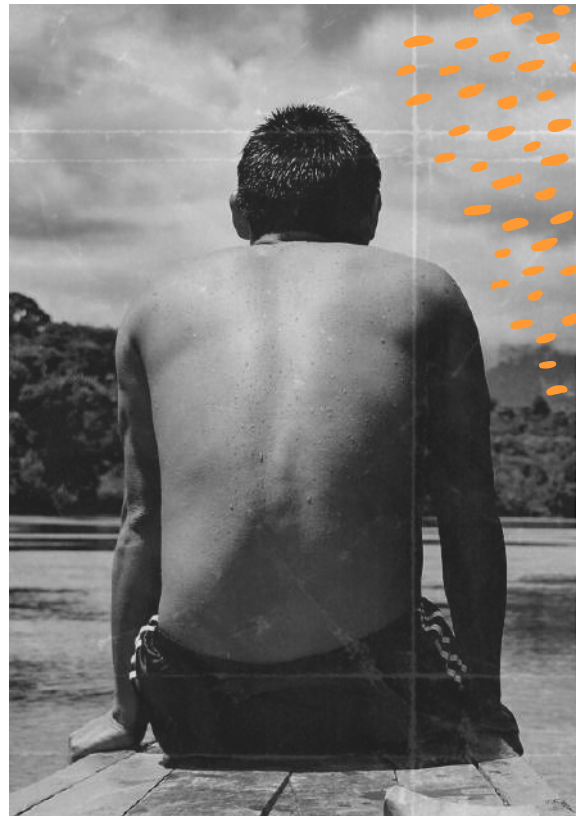
Os relatos destacam a importância de incluir representantes locais nos quadros das iniciativas das OSCs na Amazônia. Assim, poderão conceber propostas de transformação que levem em conta o olhar regional e as vozes das pessoas impactadas por políticas desiguais, de exploração e desenvolvimento predatórios. As comunidades locais precisam estar engajadas na construção de soluções para os desafios da região e de suas juventudes. Essa perspectiva é compartilhada por jovens que estão em busca de espaço de atuação social e reconhecimento. Não se contentam em serem objeto de projetos de OSCs. Querem participar do desenho das soluções e co-liderar o trabalho.

O **Engajamundo** zelou por esse aspecto fazendo uma escuta qualificada das demandas comunitárias e idealizando um modelo organizacional no qual as juventudes da região ocupassem os lugares de formação, gestão, articulação e planejamento das ações. No Mato Grosso, o engajamento do Instituto Raoni com o movimento de jovens indígenas fez com que eles passassem a liderar formações com as escolas sobre o modo de vida indígena e sua relação com o ambiente e a cultura.



As OSCs que atuam na Amazônia precisam entender que nós, brancos do Sudeste, que criamos uma iniciativa, precisamos sair do espaço de liderança na nossa organização, para que eles tenham condições de assumir esses lugares. Ou dar as ferramentas para que criem as suas próprias organizações com acesso a recursos que conquistamos justamente por causa dos privilégios que temos. Eu praticamente não conheço exemplos de organizações grandes, com atuação significativa aqui e que sejam lideradas por povos da floresta.

(Raquel Rosenberg)



### PRINCÍPIO DIRECIONADOR 3:

## Criar e fortalecer novos formatos de organização dos jovens

Os entrevistados explicam que os formatos existentes de organização de pautas e lutas sociais não correspondem necessariamente às expectativas das juventudes. Aos poucos, vão surgindo novas formas de atuar e de se mobilizar. Os coletivos despontam como propostas independentes e mais horizontais, que procuram reduzir burocracias presentes em instituições formais, inovando na abordagem dos temas e criando estratégias para sensibilizar outros jovens e a própria comunidade. Experiências de coletivos de juventudes se multiplicam pelo Brasil: na arte, na intervenção urbana do grafite, nos saraus e nas ocupações das praças, nas hortas urbanas, no lambe-lambe e na internet.



A sociedade civil organizada está muito à frente dos debates sobre as questões socioambientais em relação aos governos. Acho que a sociedade civil tem dado uma aula sobre o que a gente pode de fato construir, num mundo no qual seja possível escutar grande parte das pessoas, atuar mais localmente em parceria com as pessoas, conectando o local ao que está acontecendo do outro lado do mundo e aos grandes desafios globais. A barreira aparece quando, enquanto organizações de sociedade civil, a gente quer entregar soluções prontas.

**(Karina Costa)**

**QUADRO-RESUMO SOBRE OS PADRÕES IDENTIFICADOS NA INTERAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SEGMENTOS INSTITUCIONAIS COM AS JUVENTUDES MOBILIZADAS PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO**

<b>PADRÕES</b>		
<b>SEGMENTO INSTITUCIONAL</b>	<b>BARREIRAS SISTÊMICAS</b>	<b>PRINCÍPIOS DIRECIONADORES</b>
<b>PODER PÚBLICO</b>	<p>Pouca vontade política para atender às demandas por justiça climática</p> <p>Interesses de curto prazo limitam o diálogo com as juventudes e impedem compromissos com a estabilidade climática</p> <p>Distanciamento e dificuldade em dialogar com o poder público</p>	<p>Diversificação das metodologias de participação cidadã das juventudes</p> <p>Ocupação dos espaços de formulação e implementação de políticas públicas pelos jovens e povos amazônidas</p> <p>Implementação de canais e políticas específicas para dialogar e apoiar as juventudes</p>
<b>ESCOLAS</b>	<p>A educação que vem de fora</p> <p>Ausência de espaços de participação na construção da política pública de educação</p> <p>Desconexão do ensino médio com a educação ambiental e as ações transformadoras das juventudes</p>	<p>Escola como agente socioambiental</p> <p>Reconhecimento do notório saber nos currículos</p> <p>Escola como um espaço da comunidade</p>
<b>UNIVERSIDADES</b>	<p>Valorização de um tipo de conhecimento “padrão”</p> <p>Modelo de ensino pouco participativo</p>	<p>Pesquisa e extensão como inovação metodológica na aprendizagem, avaliação e engajamento do jovem com o território</p> <p>Construção de novos conhecimentos com base no diálogo de saberes</p>
<b>EMPRESAS</b>	<p>Juventudes e empresas em campos opostos nas ações por justiça climática</p>	<p>Novos arranjos de produção e comercialização, mais participativos e colaborativos</p>
<b>MÍDIA</b>	<p>Os veículos de comunicação tradicionais se distanciaram da realidade das juventudes e das pautas da justiça climática</p> <p>Infraestrutura deficitária para favorecer as inovações das juventudes em comunicação</p>	<p>Fazer comunicação e educação sobre juventudes e justiça climática</p> <p>Rádio como meio de comunicação comunitária, popular e regional</p> <p>Desenvolver a análise crítica da comunicação produzindo conteúdos em vários formatos</p> <p>Diversidade de mídias e canais digitais que falam de jovem para jovem</p>
<b>SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA</b>	<p>Resistência a um novo modelo de atuar</p> <p>Bandeiras político-partidárias reduzem a capacidade de diálogo com múltiplos atores</p> <p>Atuação fragmentada</p>	<p>As juventudes chamam para o debate</p> <p>Integrar lideranças locais nos quadros de profissionais das OSCs</p> <p>Criar e fortalecer novos formatos de organização dos jovens</p>



## O QUE VOCÊ CONSIDERA INOVAÇÃO EM JUSTIÇA CLIMÁTICA?





Perguntamos às pessoas entrevistadas o que elas consideram inovação em justiça climática e como os diversos atores sociais podem contribuir para garantir a justiça climática na Amazônia.

Foi recorrente a ênfase na inovação que parte de uma questão local, idealizada 'com' e 'para' os habitantes da Amazônia. Lideranças locais usam o termo com cautela, pois a inovação que vem de fora pode ser, ou se tornar, uma imposição. No cenário amazônico, há uma visível preocupação com as propostas exógenas que ignoram o contexto, as ideias, o conhecimento e as vozes regionais.



Eu sinto que inovação é encontrar brechas no sistema, criar e materializar utopias. E os exemplos vão surgindo a partir dessa nova forma de encarar o problema.

**(Ana Rosa Calado Cyrus)**



São os sujeitos locais que precisam entender que há algo novo, diferenciado, interessante, criativo, coletivo acontecendo, que parte da sua realidade e se propõe a contribuir com outras realidades. A inovação tem que partir do local.

**(Lucineide Pinheiro)**



# INOVAÇÃO É...

CRIAR FORMAS DE FALAR SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA OS JOVENS E PARA A SOCIEDADE



UTILIZAR AS NOVAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO EM PROL DE UM ATIVISMO DIGITAL POR JUSTIÇA CLIMÁTICA



A inovação das juventudes em questões climáticas traz consigo novas formas de comunicar os fatos. Por meio das redes sociais se alcança um número maior de jovens. Muitos deles já enfrentam os efeitos das mudanças climáticas. As juventudes democratizam o ativismo e o conhecimento. Eu busco contribuir nesse campo e ampliar o debate sobre a região amazônica. Valorizar e disseminar conhecimentos para outros jovens é uma forma de inovação, já que os estudos amazônicos estão sendo deixados de lado nos currículos do Amazonas. Deixar a maioria das decisões ligadas à mitigação das mudanças climáticas nas mãos de não-amazônidas pode ser extremamente imprudente. Em outras palavras, conhecer é uma forma de fazer justiça.

**(Samuel Minev Benzecry)**



## OCUPAR ESPAÇOS DE FALA E FAVORECER ESPAÇOS DE ESCUTA DAS JUVENTUDES



### OCUPAR ESPAÇOS DE DECISÃO

“

Eu sou a única indígena dentro do Conselho e carrego um peso muito grande por estar ali. Acredito que por onde a gente passa consegue trazer uma juventude conosco. Percebo que minha atuação enquanto conselheira e ativista muda muito a visão das outras pessoas.

(Darlienne Souza Lemos)



“

Acredito que essa minha entrada como candidata a vereadora abriu portas para outros jovens se inspirarem e poderem se eleger para cargos de legislativos.

(Áurea Sena Dos Santos)

## OCUPAR E TRANSFORMAR O PRÓPRIO MOVIMENTO SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA



### INCENTIVAR ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS NA FLORESTA E EM TODA A REGIÃO AMAZÔNICA, EM PROJETOS COM AS JUVENTUDES

“

Considero que dar um rosto juvenil à justiça climática já seja uma inovação. O meu trabalho enquanto jovem transformador é de partilha e escuta e, junto com os outros jovens envolvidos em causas climáticas, transformar seres acomodados em seres inquietos e pensantes. No que faço, inovação significa transformar olhares. Despertar sensibilidade e empatia para criar uma sociedade mais justa. Por meio da arte e da escrita, podemos propagar esta causa: a arte tem esse poder.

(Rian dos Santos Corrêa)

“

Eu atuo mobilizando e conscientizando juventudes por meio de uma educação não formal, que está além da sala de aula, e os levo para a ação, com a intenção de formar novos jovens líderes. Meu foco é a educação ambiental. Além de discutir essa temática, combatemos a crise climática e levamos uma melhor qualidade de vida ao meio urbano.

(Gabriel Arthur Veras dos Santos)



**AGREGAR DE FORMA DIFERENCIADA,  
EM COLETIVOS E VIRTUALMENTE**



**COLOCAR AS JUVENTUDES DA AMAZÔNIA EM CONTATO**

“

Eu acho que inovação tem muito a ver com a forma com que os jovens se organizam hoje. A comunicação, especialmente as redes sociais, facilitam a agregação de grupos de interesse.

(Fabio Anderson Rodrigues Pena)



“

Na minha opinião, os jovens inovam em justiça climática ao aprenderem coletivamente o que significa o termo e como se materializa na região. Temos uma ação de mapeamento que fazemos nas nossas comunidades, para entender o que está mudando, quem é impactado. Eu atuo com outros jovens, os ‘embaixadores das águas’. Fazemos mobilização pela rádio comunitária, onde nos comunicamos com outras pessoas sobre o que se passa nas comunidades.

(Clara Gentil)



## CRIAR FORMAS PARA AS JUVENTUDES ACOMPANHAREM E EXIGIREM AÇÕES DOS GOVERNOS (ADVOCACY)



“

O Ministério do Meio Ambiente abriu um portal chamado Educaclima<sup>20</sup>, que era um portal para organizar o que estava sendo feito em educação climática no Brasil. Somos até citados como os provocadores da iniciativa, pois cobramos isso do governo, em uma reunião Pré-COP<sup>21</sup>, por conta do compromisso feito no Acordo de Paris<sup>22</sup>. Isso foi muito marcante, porque é um canal importante para a causa climática. Pelo menos era!

(Paloma Costa Oliveira)



20 Educaclima pode ser acessado em: <<http://educaclima.mma.gov.br>> . As últimas atualizações do site são referentes a 2020.

21 As reuniões preparatórias para a Conferência do Clima (COPs) são encontros livres, organizados por segmentos específicos para levar propostas e encaminhamentos para o encontro. Podem ser organizadas por instâncias governamentais, sociedade civil, empresas ou outros atores sociais.

22 O Acordo de Paris é um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2°C, preferencialmente em 1,5°C, e reforçar a capacidade dos países de responder ao desafio, num contexto de desenvolvimento sustentável. O acordo foi negociado em Paris durante a COP21 e aprovado em 12 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/WikipediaAcordoParis>>. Acesso em 19 ago, 2022.

# COMO OUTROS ATORES SOCIAIS PODEM FORTALECER AS INOVAÇÕES DAS JUVENTUDES?

Os entrevistados sugeriram possíveis maneiras de apoiar ideias, ações, projetos e inovações propostos e liderados pelas juventudes da Amazônia.

## ENCONTROS INTERGERACIONAIS PARA COMPARTILHAR APRENDIZAGENS

“

Precisamos promover uma mentalidade colaborativa, inclusive entre gerações. Eu vejo educadores muito bons, bem intencionados, recorrendo a narrativas do tipo ‘olha, no passado eu já fiz isso e não deu certo...’. Será que não têm alguma coisa nova para acrescentar? Tem que deixar a inovação acontecer, sem ilusões de achar que só porque são jovens vão criar inovações positivas. Na História, os movimentos jovens já fizeram muita besteira. É preciso acompanhar, apoiar, direcionar, criando uma dinâmica mais colaborativa do que hierárquica, ser menos ‘professor’ e mais ‘parceiro’.

(Fabio Anderson Rodrigues Pena)



## FINANCIAMENTO E SUPORTE A INICIATIVAS COLIDERADAS POR JOVENS

“

Precisamos de parcerias para levar essas lideranças, jovens, mulheres, caciques para as mobilizações, em torno da defesa de nosso território. Várias pautas necessitam de uma ação presencial e exigem financiamento sensível às nossas demandas e reivindicações.

(Ednei Arapiun)



“

Somos nós que vamos ter que fazer essa mudança, se a gente quer que mude algo, a juventude que vai ter que meter a cara.

Outros agentes podem contribuir fortalecendo esse papel que a juventude tem; engajando cada vez mais jovens e

trazendo recursos para que a gente possa realizar isso, que a gente possa chegar na comunidade, falar e fazer.

(Walter Kumaruara)

“

A gente não age apenas com protestos. Agimos com processos de estágio, implementando projetos, com educação. Então, inovar para mim significa sair de um discurso superficial de que o jovem precisa fazer alguma coisa, sem oferecer o apoio que precisamos.

(Werica Lima da Silva)



## CRIAÇÃO DE METODOLOGIAS E ESPAÇOS DE FALA E ESCUTA

“

Tem parceiro que faz um monte de *live* e não põe jovem. Eu virei a fiscal das *lives*. A galera tem até medo de me mandar evento virtual, porque eu sou a primeira a reclamar: ‘ué? Cadê os jovens?’. Faço isso em todos os espaços.

(Paloma Costa Oliveira)

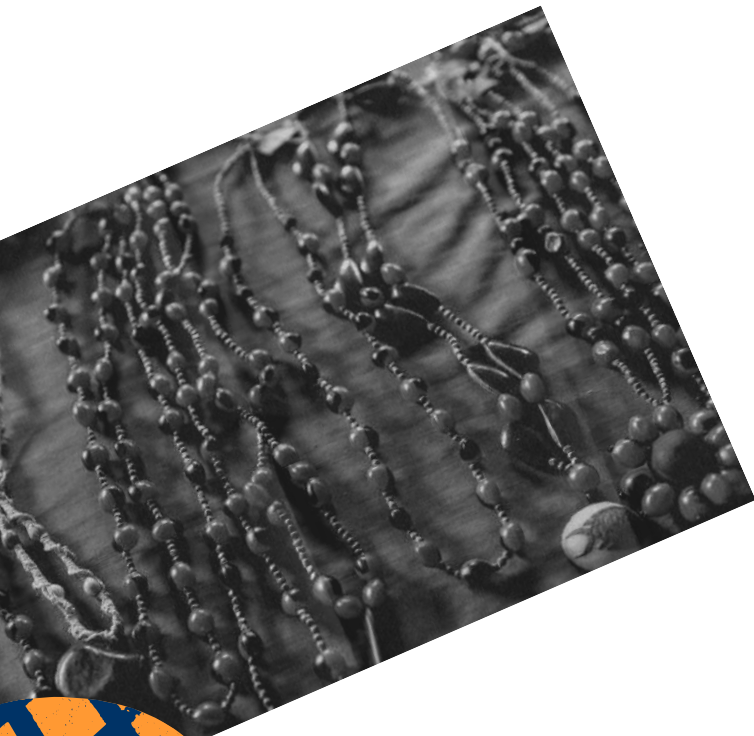


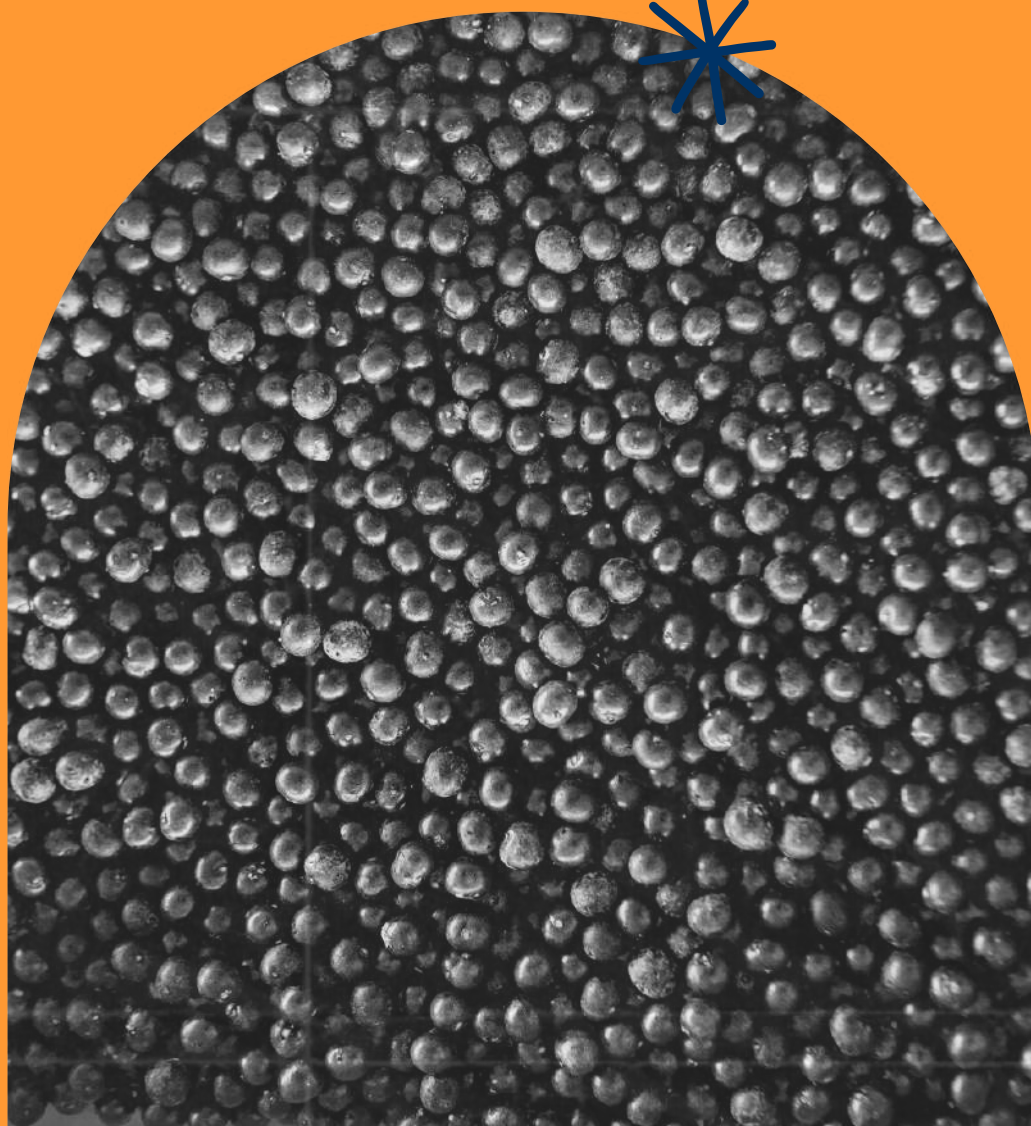
## ESTRUTURAÇÃO DE UMA REDE DE INTERAÇÕES, TROCAS, FORMAÇÕES E INTERCÂMBIOS DAS DIVERSAS JUVENTUDES DA AMAZÔNIA

“

Praticamente todas as comunidades se organizam em associações, e é comum ter uma associação guarda-chuva, a associação das associações. Elas são fundamentais, porque representam o conjunto das comunidades. Por meio delas, você dialoga com a representação da população. Isso facilita a construção de redes e acordos. Elas também promovem conexões entre as diversas juventudes da Amazônia., inclusive entre os jovens urbanos, rurais e da floresta.

(Angela Mendes)





## APÊNDICES



# PERFIL DO GRUPO ENTREVISTADO



PERÍODO DE PESQUISA

MARÇO

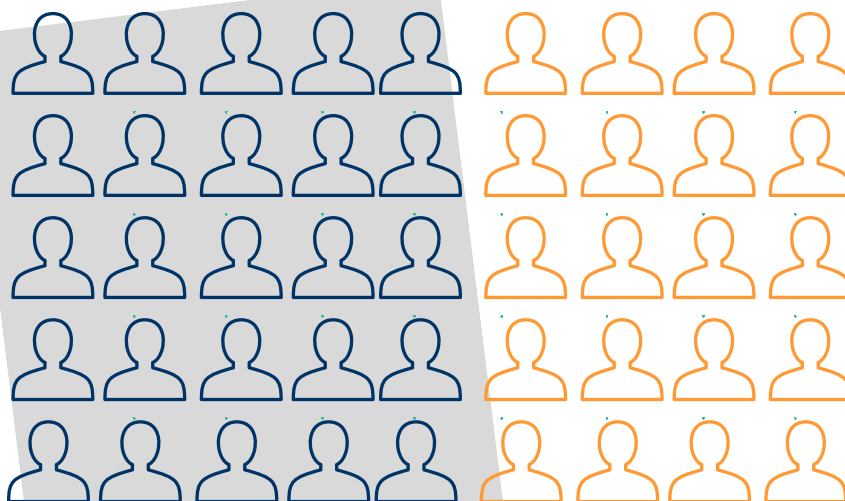


SETEMBRO

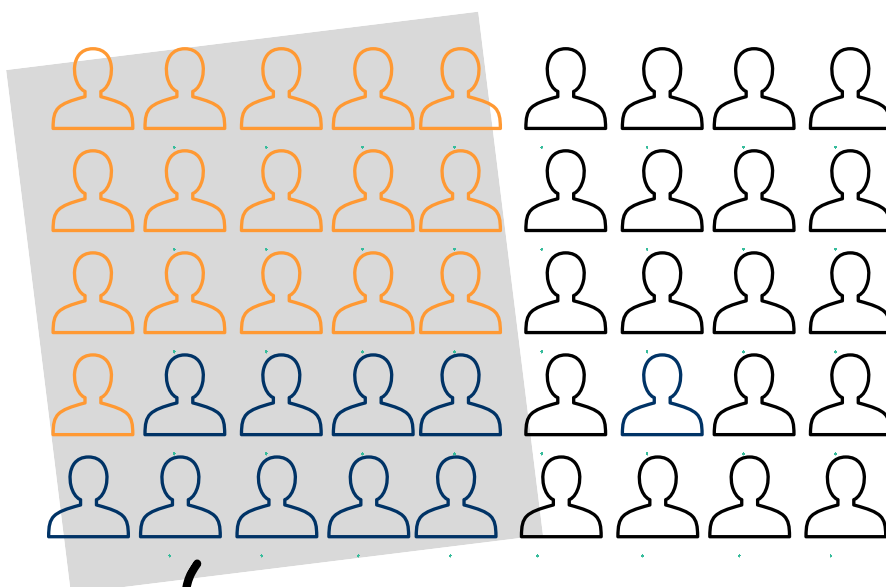
2021



UNIVERSO: O MAPEAMENTO DIALOGOU  
COM 45 PESSOAS



DENTRE ELAS, 25 SÃO  
EMPREENDEDORES SOCIAIS,  
ATORES LOCAIS E JOVENS QUE  
ATUAM NA AMAZÔNIA LEGAL



**16**  
MULHERES

**9**  
HOMENS

**16**

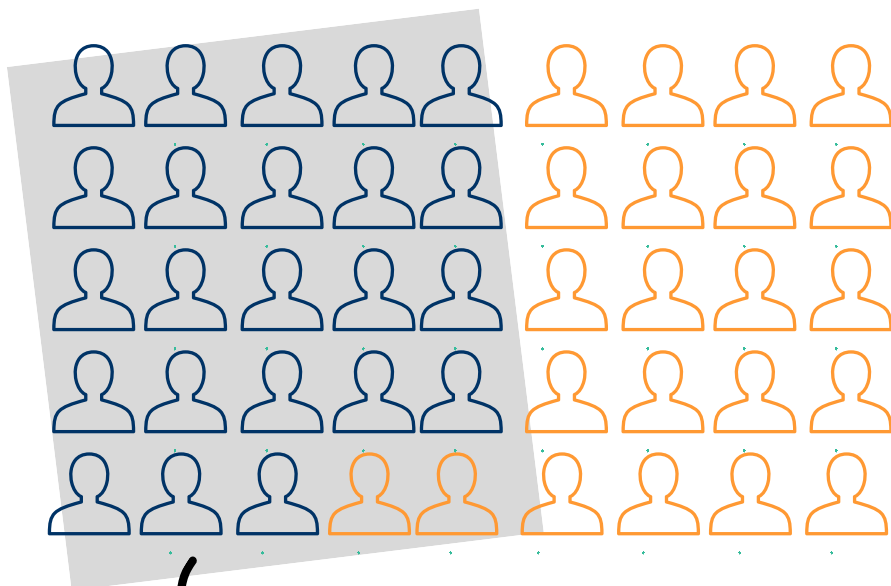
têm menos de 30 anos  
(à época da entrevista)

**07**

são Empreendedores Sociais  
e/ou Jovens Transformadores.  
Os demais foram indicados  
pela rede Ashoka. Alguns  
indicaram jovens integrantes  
de sua organização

**06**

são estudantes do  
ensino superior

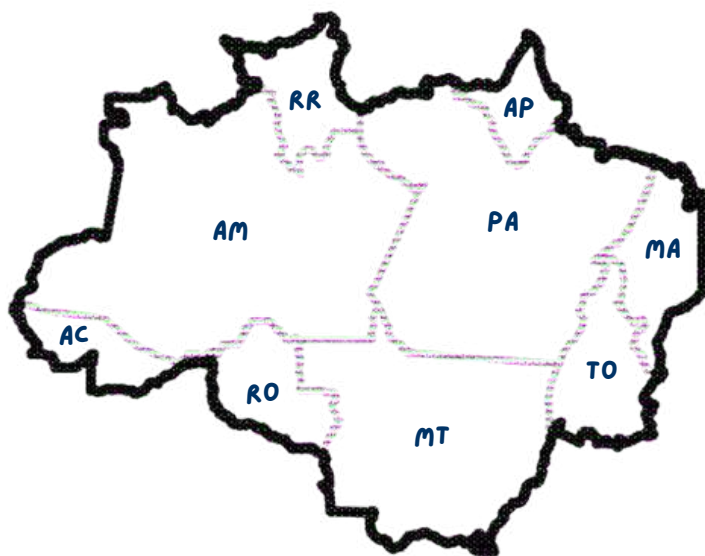


**20**

são nativos da Amazônia

**23**

vivem atualmente na Amazônia Legal, nas seguintes localidades



**AMAZONAS**

Manaus, Alto Rio Negro, Humaitá, Terra Indígena Juma

**PARÁ**

Santarém, Oeste do Pará, Rio Tapajós, Belém, Baixo Amazonas, na Foz do Rio Tapajós

**ACRE**

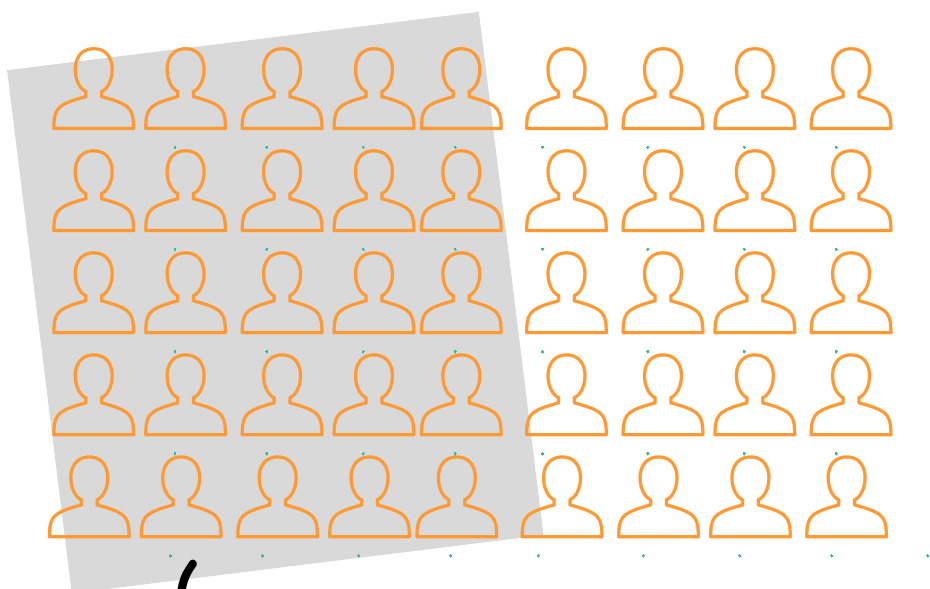
Rio Branco, Reserva Extrativista Chico Mendes

**MARANHÃO**

São José de Ribamar, São Luís

**MATO GROSSO**


Terra Indígena Capoto Jarina, Colíder



**19**

se consideram parte de alguma população historicamente marginalizada onde vive e/ou atua.

Ela se identificam como:

- 
- indígena
  - ribeirinha
  - quilombola
  - extrativista
  - seringueira
  - pessoa de baixa renda
  - periférica
  - pessoa LGBTQIA+

## OS ENTREVISTADOS RELATARAM QUE ATUAM COM OS SEGUINTE TEMAS

meio ambiente e questões ambientais, direitos socioambientais, justiça climática, justiça socioambiental, mudanças climáticas, crimes ambientais, clima e biodiversidade, recuperação de nascentes, manutenção de florestas

criança e juventude, mobilização de jovens na Amazônia, formação de lideranças jovens, participação da juventude no processo de tomada de decisões, direitos das crianças e adolescentes e jovens, adolescentes e jovens indígenas, juventudes e movimentos socioambientais

comunicação, comunicação temática dos povos da Amazônia, jornalismo científico e socioambiental, comunicação e engajamento com parceiros da Amazônia

direitos humanos, direitos dos povos originários e comunidades tradicionais (povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos), contexto urbano amazônico, proteção territorial da terra indígena, demarcação de terras e organização comunitária

educação, educomunicação

diversidade, gênero, cultura, mulheres, empoderamento LGBTQIA+ nas lutas ambientais

políticas públicas, saúde

# EMPREENDEDORES SOCIAIS E JOVENS ENTREVISTADOS



**ALICIA CRISTINA OLIVEIRA**  
Articuladora do Núcleo Local do Engajamundo, Manaus/AM



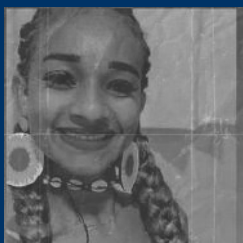
**ANA ROSA CALADO CYRUS**  
Coordenadora geral do Engajamundo, Belém/PA



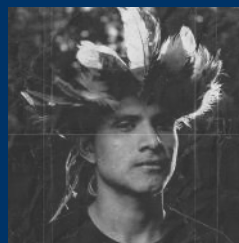
**ANGELA MENDES**  
Empreendedora Social Ashoka e coordenadora do Comitê Chico Mendes, Reserva Extrativista Chico Mendes, Xapuri, Brasileira e Epitaciolândia/AC



**ANGÉLICA FRANCISCA MENDES MAMEDE**  
Integrante voluntária do Comitê Chico Mendes e analista de engajamento no WWF - Brasil, Acre e Amazônia Legal



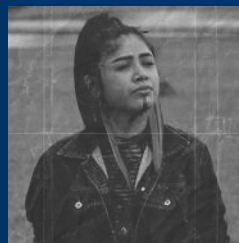
**ÁUREA SENA DOS SANTOS**  
Jovem quilombola, integrante do Coletivo Dandarás. Terra Quilombola, em Oriximiná/PA



**BITATÊ URU EU WAU WAU**  
Jovem presidente da Associação do povo indígena Uru Eu Wau Wau, em Rondônia



**CATIA SANTOS DE MELO**  
Integrante do Programa Jovens Protagonistas. Reserva Extrativista Chico Mendes, em Epitaciolândia/AC



**DARLIENNE SOUZA LEMOS**  
Jovem integrante da Associação Suraras do Tapajós, Conselheira Nacional da Juventude (Conjuve) e articuladora no Engajamundo, em Santarém/PA







**EDILBERTO FRANCISCO MOURA SENA**

Integrante do Movimento Tapajós Vivo e Presidente da Rede de Notícias da Amazônia, em Santarém/PA



**EDNEI ARAPIUN**

Jovem Transformador pela Democracia e coordenador do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns, no Baixo-Tapajós, Santarém/PA



**ELSON KENÉ ANGELINO CORDEIRO**

Coordenador do Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, na Federação dos Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em São Gabriel da Cachoeira/AM



**FABIO ANDERSON RODRIGUES PENA**

Coordenador de Educação e Comunicação do Projeto Saúde e Alegria, em Santarém/PA



**JOELMA VIANA DOS SANTOS**

Gestora na Rede de Notícias da Amazônia, educadora no Instituto Mureru Eco Amazônia (Imea) e vice-presidente da Rede Católica de Rádio, em Santarém/PA



**KARINA PENHA ANDRADE COSTA**

Jovem mobilizadora do NOSSAS, assistente de engajamento para juventudes amazônicas no Iser, articuladora do Engajamundo, em São Luís/MA



**KÁTIA BRASIL**

Empreendedora Social Ashoka, secretária executiva da Agência Amazônia Real, em Manaus/AM



**LUCINEIDE PINHEIRO**

Professora na Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA; integra o Instituto Mureru Eco Amazônia (Imea); coordena o Projeto Escola D'Água (Swarovski Waterschool), em Santarém/PA



**LUÍSA FALCÃO**

Jovem Transformadora Ashoka. É pesquisadora na Plataforma Cipó; articuladora no Engajamundo e integrante do Maparajuba - Coletivo de Advocacia Popular na Amazônia, em Santarém/PA



**LUÍZ HENRIQUE LOPES FERREIRA**

Jovem Transformador Ashoka. Comunicador popular do Coletivo Jovens Tapajônicos, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, em Santarém/PA





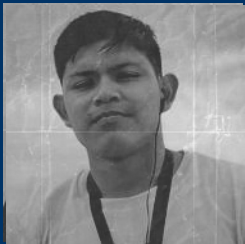
**MATSIPAYA WAURA  
TXUCARRAMÃE**

Jovem comunicador indígena no Instituto Raoni e mobilizador do Movimento Mebengokre Nyre, na Terra Indígena Capoto Jarina, em Colíder/MT.



**PALOMA COSTA OLIVEIRA**

Integra diversas redes e organizações, como o Instituto Socioambiental, Engajamundo, UN SG's Youth Advisory Group, #LiberteOFuturo, Abu Dhabi Youth Voices, Youth COP LAC, a partir de Brasília/DF



**PURÊ JUMA URU EU WAU  
WAU**

Jovem presidente da Associação do Povo Indígena Juma-Jawara Pina, no Amazonas



**RAQUEL ROSENBERG**

Empreendedora Social Ashoka e cofundadora do Engajamundo. Sua atuação atualmente se concentra principalmente no Tapajós e Xingu.



**SAMELA SATERÊ MAWÊ**

Comunicadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), apresentadora no Canal Reload, consultora na Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e colunista na Amazônia Real, em Manaus/AM



**WALTER KUMARUARA**

Jovem educador integrante do Coletivo Jovem Tapajônico e do Conselho da Juventude, em Santarém/PA



**WERICA LIMA DA SILVA**

Estudante de jornalismo e jovem repórter da Amazônia Real, em Manaus/AM



# JOVENS TRANSFORMADORES

O diálogo com os Jovens Transformadores Ashoka foi realizado por meio de uma roda de debate virtual.



**GABRIEL (KENAI) VERAS,  
ALTAMIRA/PA**

Desenvolve o projeto Jovens pelo Futuro Xingu, que engaja jovens no ecossistema da transformação social, para distanciar-los da violência.



**BEATRIZ LACERDA,  
BELÉM/PA**

Co-fundadora do Projeto Equidade, que promove rodas de conversa em escolas do ensino básico sobre assuntos que permeiam a vivência dos jovens.



**RIAN DOS SANTOS,  
CACHOEIRA DO ARARI/PA**

Cofundador da iniciativa Biblioteca Gurupá, que visa incentivar o hábito da leitura na comunidade e ser um centro cultural para cultivar a literatura, o teatro e a educação socioambiental.



**SAMUEL MINEV,  
MANAUS/AM**

É integrante do Grupo de Estudos Themis, que busca compartilhar conhecimentos e histórias a partir de uma perspectiva amazônica, abordando identidades e narrativas da região.



**CLARA GENTIL,  
SANTARÉM/PA**

Integra o projeto Escola d'Água, no qual criou o projeto Plantar Um Mundo Melhor, com atividades como plantio de árvores nativas e compostagem em áreas desmatadas.



**LÍVIA SOUZA,  
CAPANEMA/PA**

Idealizadora do Levanta Jovem, que promove a formação de lideranças, desenvolvendo habilidades de autoconhecimento, oratória, trabalho em equipe e elaboração de projetos.



**GLEICE MACHADO,  
DO RIO NEGRO/AM**

Engaja as juventudes na causa indígena, sensibilizando sobre problemas sociais, além de fomentar a inclusão de jovens indígenas nos processos decisórios locais.





KANGU  
LIVRE



ASHOKA